



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM SUPERVISÃO

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO:	Nº: 0515/02	DATA: 28/05/02
INÍCIO: 15h07min	TÉRMINO: 19h29min	DURAÇÃO: 04h22min
TEMPO DE GRAVAÇÃO:	PÁGINAS: 168	QUARTOS: 28
REVISÃO: Cláudia Castro, Irma, Luci, Madalena, Marlúcia, Patrícia Maciel, Rosa Aragão, Sílvia		
SUPERVISÃO: Graça, Letícia, Lívia, Márcia, Maria Luíza, Neusinha		
CONCATENAÇÃO:		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO:

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Solicito à Secretária que proceda à leitura da ata da reunião anterior.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu acredito que a ata esteja distribuída nesta pasta que foi dada aos Parlamentares. Conseqüentemente, se houvesse qualquer retificação a ser feita, S.Exas. teriam liberdade de fazê-la de imediato. Ratificando a ata, não vejo razão de fazermos a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Por solicitação do Deputado Moroni Torgan, deferida pela Mesa, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, está em votação a ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Expediente.

Conforme solicitação formulada pelo Exmo. Sr. Relator na última reunião, esta Presidência encaminhou os seguintes ofícios: ao Exmo. Sr. Dr. Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, Ofício nº 53/02, solicitando informações sobre o resultado ou o andamento das representações formuladas pelo Deputado José Aleksandro contra membros do Ministério Público Federal, especialmente contra os Srs. Procuradores que oficiam ou oficiaram no Estado do Acre; ao Dr. Cassiano Figueira Marques de Oliveira, Secretário de Segurança Pública do Estado do Acre, Ofício nº 54/02, solicitando informar este Conselho sobre o atual estágio das investigações empreendidas pela Polícia Civil do Estado do Acre, com vistas ao



esclarecimento do crime de homicídio de que foi vítima a jovem Luziene Queiroz de Moraes.

Ordem do Dia.

A reunião de hoje tem por finalidade ouvir o depoimento das testemunhas arroladas no aditamento à Representação nº 1.602, já em andamento neste Conselho. Prestarão depoimento hoje o Sr. Davi Camurça Cunha, o Dr. Silvano Rabelo, Delegado de Polícia Civil do Estado do Acre, e o Sr. Domingos Martins da Silva Filho.

Peço à Secretaria que faça adentrar o recinto o Sr. Davi Camurça Cunha.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Sr. Presidente, enquanto ele se dirige para cá, seria possível o Relator ou V.Exa. fazer um **briefing** de quem é a testemunha, só para termos uma idéia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Pois não. O Sr. Davi Camurça Cunha seria a testemunha que foi teoricamente ameaçada, e que depois prestou depoimento dizendo que não foi. Enfim, não sei se V.Exa. se recorda da...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – A testemunha daquele negócio do estupro, aquelas coisas, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Do assassinato. Se V.Exa. quiser, podemos ver o...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Não, eu até...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Porque não há nenhuma qualificação maior da testemunha. Faz parte do aditamento à representação uma narração desse fato. E a testemunha... Há alguma controvérsia em torno do papel da testemunha.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Essa testemunha seria quem praticou o assassinato?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Não, a testemunha está sendo protegida, vem com proteção do Estado do Acre.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Essa seria só testemunha do assassinato?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Testemunha... Eu concedo a palavra ao Sr. Relator. Ele pode fazer um histórico melhor do que a Presidência.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Essa testemunha seria o namorado da menor Luziene, que foi a vítima daquele homicídio com motivação sexual e que teria sido abordada pelo Deputado José Aleksandro para que, quando depusesse, enfim, protegesse o filho da Prefeita de Sena Madureira e do Deputado José Vieira, marido dessa Prefeita, que passou a ser suspeito da Polícia depois que os três acusados pronunciados por esse homicídio foram absolvidos pelo Tribunal do Júri.

Essa testemunha, Davi Camurça Cunha, seria um antigo namorado da vítima, para orientar V.Exa.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Bem esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Eu chamo a atenção de V.Exa., apenas complementando a informação pertinente ao Sr. Relator, às folhas 1.453 a 1.465 dos autos desse procedimento está a degravação do depoimento prestado por Davi Camurça Cunha ao Promotor Sammy Barbosa Lopes, no gabinete da Promotoria de Controle Externo do Estado do Acre, no dia 10 de abril



próximo passado. V.Exa., lendo o depoimento, vai ver todos os pontos sobre os quais há controvérsia.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Perdoe-me não explicitar os pontos porque a testemunha já está presente.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Era só para aproveitar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – A Presidência vai tomar o depoimento da testemunha.

Sr. Davi, nos termos do art.12, inciso I, do Regulamento, V.Exa. deve prestar o compromisso de dizer só a verdade acerca do que lhe for perguntado.

Já assinou, já está devidamente compromissado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Vou a aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – ... para esclarecer ao nobre Conselho que, além dessa testemunha, serão ouvidos como testemunhas arroladas no aditamento, no acréscimo da acusação o Dr. Silvano Rabelo, que é um Delegado de Polícia no Acre, e o motorista da Prefeita de Sena Madureira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Chamado Domingos Martins da Silva Filho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Alcunhado Barna. Então são essas as testemunhas do aditamento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – A Presidência vai fazer alguns esclarecimentos à testemunha. Sr. Davi, V.Sa. veio aqui prestar um serviço público, trazer um depoimento à Câmara dos Deputados, livre, evidentemente, de qualquer tipo de qualquer tipo de constrangimento ou coação. Se houver algum incidente dentro ou fora da Câmara dos Deputados, V.Sa. é livre para declarar o que quiser e bem entender. A Câmara garante a integridade de V.Sa. em toda a sua plenitude.

Nós estamos aqui julgando — deixe-me fazer um pequeno relato — uma representação oferecida pela Presidência da Câmara dos Deputados contra o Deputado José Aleksandro. Aqui se vai buscar não propriamente um julgamento criminal, mas sim se o Deputado José Aleksandro se portou conforme as regras que devem vigorar para um Parlamentar se conduzir bem nesta Casa.

Foi feita uma representação contra o Deputado José Aleksandro e, posteriormente, foi feito um aditamento, uma complementação dessa queixa da Câmara dos Deputados contra o Deputado. Nesse aditamento, foi junto, entre outras coisas, um longo depoimento de V.Sa., prestado ao Promotor Sammy Barbosa Lopes, no gabinete da Promotoria de Controle Externo do Estado do Acre, no dia 10 de abril próximo passado. Há uma série de pontos controvertidos. O Sr. Relator, sem dúvida alguma, vai formular as perguntas. V.Sa. é livre para inicialmente dizer o que sabe ou, se não quiser, aguardar que lhe sejam feitas perguntas. V.Sa. responde sobre todos os temas que lhe forem perguntados. O senhor é livre para respondê-las, se souber, evidentemente. Entendeu? Está bem entendido?



Data: 28/05/02

Pergunto se V.Sa. quer dizer alguma coisa sobre esse episódio. É um episódio que está relacionado com o assassinato da Luziene. Se V.Sa. quiser dizer alguma coisa, nós registramos; se preferir esperar as indagações, o critério é seu.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Queria falar só um detalhe mínimo: vi no jornalzinho que eu teria procurado o Ministério Público para denunciar o Deputado. Na verdade, fui chamado à delegacia, mas ele já estava sabendo que o Deputado teria me procurado. Aí me perguntaram como foi e eu contei. Ele perguntou se eu contaria novamente na frente do Promotor do Ministério Público. Eu disse que tudo bem, que por mim eu contaria, não havia problema algum. Fomos lá, eu prestei o depoimento, só que não me falaram que iam mandar para Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Não, isso aqui é um outro procedimento, eles não podiam adivinhar.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Mas, por partes, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Claro.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Prestei um novo depoimento e me perguntaram se eu poderia vir aqui a Brasília contar novamente. Não é depor contra, é contar o que aconteceu. Eu disse que viria, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Vou só lhe perguntar uma coisa: V.Sa. usa a expressão "contaram" e "pediram". Quem são esses? É a Polícia? É o Ministério Público do Acre? Os Promotores?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - O Dr. Silvano me levou até um... Dr. Sammy, não é? Aí o Dr. Sammy perguntou se eu viria aqui. Recebi o telefonema também daqui da Câmara, confirmei, e aqui estou eu.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Só para constar nos registros: o Dr. Silvano é o Dr. Silvano Rabelo, Delegado de Polícia Civil do Estado do Acre?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Isso. Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - E o Dr. Sammy é o Sammy Barbosa Lopes, também Promotor na Promotoria de Controle Externo em Rio Branco, é isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Quer acrescentar mais alguma coisa neste momento?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Uma coisinha só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Pois não, fique à vontade.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Que eu teria vindo aqui para eles me favorecerem no caso do crime lá. Não é assim, sabe, porque eu não devo nada à Justiça. Apenas estou sendo investigado porque eu namorava com a menina. Não tem nada, não estão fazendo mais do que o trabalho deles. Não devo nada à Justiça, vim de livre e espontânea vontade. Só isso mesmo. Se quiserem começar, podem começar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Está ótimo.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sr. Davi Camurça Cunha, não é?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Isso.



Data: 28/05/02

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – V.Sa. está aqui como testemunha, está colaborando para o esclarecimento da verdade, o que é muito importante para a nossa instituição. E aqui nenhuma resposta que V.Sa. possa dar esclarecendo a verdade poderá refletir neste fato que V.Sa. mencionou que está sendo investigado pela morte da Luziene.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - É verdade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Então, queria que V.Sa. depusesse absolutamente à vontade. Aqui ninguém quer prejudicá-lo, nós estamos apenas procurando descobrir a verdade dos fatos. Pode ficar à vontade, bem tranqüilo.

Então, eu queria que V.Sa. me contasse como foi, em primeiro lugar, essa conversa que teve com o Deputado José Aleksandro. Quando? Onde? Quem procurou quem? Como é que se passou isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - No começo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - É, a primeira conversa que V.Sa. teve com o Deputado José Aleksandro sobre esse caso da Luziene.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Tudo bem. Eu estava na minha casa, estava junto com o pessoal de uma banda lá, sou músico, e a gente estava tentando entrar num acordo lá para eu ficar na banda com eles. Um rapaz, o que canta, falou: "Davi, tem um carro aí na frente e está te chamando." Tudo bem, era um Fiesta, placa de Brasília, vidro fumê, branco. Eu fui lá e quando cheguei lá estavam o Barna e um outro rapaz, dirigindo. O Barna pediu para falar comigo. Aí eu perguntei se não teria nenhum problema, porque nós dois somos investigados lá no...



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Nós dois quem? O senhor...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - E o Barna.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E o Barna também? O motorista também é suspeito?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Isso. Aí eu perguntei se não teria nenhum problema. Ele disse: "Não, o vidro é fumê, ninguém vai..." Aí tudo bem, eu achei que a gente iria conversar por perto da minha casa. Aí o carro estava em direção contrária à que a gente tomou logo depois. Eles seguiram em frente e mais ou menos na segunda esquina depois da minha casa a gente virou à direita. Aí já pegamos um outro rumo. Viramos à direita e lá na frente viramos à direita de novo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E no carro só estava o Barna?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - E um outro rapaz, dirigindo. Ele e o motorista.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Qual é o nome?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - O nome?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - É, o nome desse outro rapaz.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Marquinho, parece.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Marquinho?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Marquinho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Muito bem. Aí então viraram à direita?



O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Viramos à direita e pegamos a Antônio da Rocha Viana, seguindo em direção a um bosque por ali. Fomos, fomos, fomos. Ele estava com um radiozinho. Aí alguém...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Radiozinho, como? Rádio comunicador?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Walkie-talkie. Aí o rádio tocou e ele falou: "Achou o rapaz?" Ele falou: "Achamos, já estamos indo para aí." Aí pegamos em direção ao escritório do meu irmão, ali por perto da Corpo Academia, no bosque. Aí viramos à esquerda, aí abriu um portão e o carro entrou. Aí tudo bem, fiquei lá na sala esperando. Estavam várias pessoas lá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Vamos fazer uma paradinha aqui e depois V.Sa. vai me contar o que aconteceu dentro de casa. Antes eu quero explorar alguns ângulos desse trajeto. Quando foi isso, se lembra?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Foi mais ou menos para o dia... deixe eu ver aqui... Falei com o Dr. Sammy dia 10... Foi mais ou menos no dia 3 ou 4 de abril.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Dia 3 ou 4 de abril passado?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Que horas eram, mais ou menos?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Umas dez da manhã.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Dez da manhã. Era feriado, domingo, alguma coisa, ou era dia de semana?



O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Se não me engano era uma quinta-feira.

Eu não me lembro bem, sabe?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Muito bem. Durante esse trajeto, o que eles, Marquinho e Barna, que estavam no interior desse Fiesta branco...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Eu conversei mais com o Barna.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O que se conversava naquela hora?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Era quanto ao crime lá. Ele dizia que era política, sabe? Isso aí...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Como assim?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não quero nem comentar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Não, não...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Ele falou para mim o seguinte: "Olha, Davi, isso aí é política, você não esquite." Aí ele perguntou: "Tu conhecia o filho da Prefeita?" Eu disse: "Não." Ele disse: "Tu nunca nem andou com ele, não?" Eu disse: "Não." E a nossa conversa foi assim, sabe? Aí ele conversava mais com o Marquinho também, sabe? Aí ele falou: "Olha, tu não se preocupa, não. Isso é política. A gente vai sair dessa."

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Como "política"? O que ele quis dizer com isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - É porque... O que deu para entender é que a Malu foi lá, fez uma zoada e tal, e conseguiram soltar os três camaradas que



estavam lá. Foi isso aí que deu a entender que tem uma politicazinha, sabe? Eu não quero nem falar muito sobre isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Não, mas o senhor fique à vontade, e deve falar, porque nós precisamos saber. Não há problema nenhum. Conte tudo o que o senhor sabe, porque nos interessa aqui a verdade. O que é? Então é política? Estão querendo arrumar culpado? Incriminar um, desincriminar outro? O que é?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Olha, eu não sei lhe explicar bem o que é, até porque desde o começo eu procuro me defender sozinho, sabe? Eu me defendo apenas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Quem o senhor acha que matou a Luziene?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Eu não tenho idéia, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Não tem a menor idéia?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não vou dizer que foram os rapazes, não vou dizer que foi... Não sei, então não quero acusar ninguém, não quero ser nenhum...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Então a conversa foi só essa durante o trajeto?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Foi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sobre a morte, o homicídio, os três rapazes que saíram livres e que agora tinha política no meio das investigações? Era isso?



O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Era só isso mesmo que a gente conversou.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Muito bem. Aí, abriu o portão, entrou o automóvel Chevette branco, o senhor, mais o Marquinho e Barna, aí o senhor foi colocado na sala. Foi quando o senhor parou e eu interrompi. Agora o senhor continua. O senhor está na sala, o que aconteceu?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Aí tinha várias pessoas lá, conversando. Eu até fiquei meio... Porque estava meio molhado e eu estava limpando o quintal, eu melei tudo lá. Aí eu sentei no sofá e fiquei esperando.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - De quem era essa casa?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Era do Deputado. Aí o radinho tocou de novo. Aí ele disse: "Manda o rapaz subir."

Aí, tudo bem, eu subi. Quando cheguei lá, subimos, fomos para o escritório dele. Ele chegou e disse: "Oi. Tudo bom, Davi?" Eu: "Tudo bom". Ele: "Olha, você não me conhece, eu acho que você não me conhece, mas eu já te conheço mais ou menos. Você é o Davi, não é? Sei que você é inocente naquele crime lá". E aí ele me pediu uma declaração. Ele disse que sabia que eu tinha passado por maus momentos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E o senhor tinha mesmo?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Ele soube... Hã?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E tinha mesmo passado por maus momentos?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, fui muito pressionado na delegacia, mas eu, conversando com o meu advogado, já depois, ele não entendeu como uma tortura, sabe, tortura psicológica. Até por isso que eu não dei a declaração.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Espera um momentinho.

Como tortura psicológica? Ameaçaram o senhor, é isso aí?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, não. Não chegou a ameaçar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O que é essa tortura psicológica que o senhor falou?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Olha, me pegou, porque eu não... Tortura psicológica... Eu acho que não existiu. Eu fui muito pressionado, sabe, assim: "Você sabe quem foi. Conta. Por que você foi fraco? Por que você deixou fazerem isso com sua namorada?" Esse tipo de coisa. Pressão mesmo, entendeu?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Está certo.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - E talvez eu tenha até confundido com a tortura psicológica, porque eu não sabia, o advogado que me explicou.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Está certo. E daí? "Eu sei que você é inocente, sei que você passou por maus momentos". Continua, e daí?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Aí, ele falou: "Olha, Davi, eu consultei o advogado. Tem uma maneira de reverter essa situação. Precisa de quatro declarações para entrar com recurso em Brasília, para colocar o delegado sob suspeita."

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E por que ele queria colocar o delegado sob suspeita? Ele disse por quê?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Porque justo... Não, ele me falou que tinha interesse no caso, porque ele também já foi muito injustiçado, essas coisas assim. Aí, eu falei que, se meu irmão autorizasse eu dar a declaração, e o meu advogado, eu daria a declaração. Ele disse: "Não. Você tem advogado?" Eu disse: "Tenho, o



Dr. Roberto.” Ele: “Não tem problema. O Dr. Roberto vai lhe procurar e você dá essa declaração para ele.”

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Em algum momento ele pressionou o senhor, como na delegacia, para o senhor fazer essa declaração?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, não, não. Ele até chegou...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O senhor está dizendo que na delegacia pressionaram o senhor para dizer, não é? Agora, quero saber se ele usou também essa pressão para o senhor fazer a declaração.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, não, inclusive ele disse que queria a verdade, sabe?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Queria a verdade?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Queria a verdade. Ele soube que eu tinha passado maus momentos e falou: “Olha, eu só quero a verdade, Davi. Se você acha que foi torturado psicologicamente, aí você me dá essa declaração. Se você não acha, você não me dê a declaração.”

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Bom, aí, então, ele disse: “O seu advogado é o Dr. Roberto Duarte. Então, ótimo, o senhor procura o seu advogado, e o seu advogado vai falar comigo.” Foi alguma coisa assim?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, ele disse que o meu advogado iria me procurar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Ah, ele ia procurar o senhor?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Era isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E daí?



O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - E daí...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Acabou aí a conversa?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, aí eu peguei e disse que teria que falar com o meu irmão. Aí ele pediu para o motorista me levar lá no meu irmão para pedir, para comentar com ele, ver o que ele achava da... Aí fomos no Juventus, depois no SESC. Não. Fomos no escritório, ele não estava; fomos no Juventus, ele também não estava.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Um momentinho. Então, quando ele disse: "o seu advogado vai lhe procurar", o senhor saiu da casa?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Saí da casa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Juntamente com o Barna e juntamente com o Marquinho?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, não. Aí foi o Marquinho e já um outro rapaz.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Que levaram o senhor?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Foi, foi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Muito bem, o senhor foi levado para onde, onde eles deixaram o senhor?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Eles me levaram no escritório; depois, no Juventus; aí fomos no SESC.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Qual escritório?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Do meu irmão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Do seu irmão?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - É, para falar com ele sobre a declaração.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Durante esse trajeto, qual foi a conversa?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, aí a gente não conversou mais não, sobre...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Não se falou mais nada?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Foram ao escritório, o seu irmão não estava.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Aí fomos no Juventus, ele também não estava. Tinha tido show lá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Também não estava.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - É. Aí fomos no SESC, e eu encontrei ele. Aí ele disse que eu visse com o meu advogado. O que ele achasse que eu devia fazer, ele estava recebendo para isso, que eu fizesse.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E daí?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Aí, do SESC, eles me deixaram em casa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Isso era por volta de que horas?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Já de dez e meia, onze horas, por aí.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Então, isso tudo levou uma hora?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - A conversa foi curta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Foi uma hora tudo isso que aconteceu? O senhor disse que saiu às dez horas mais ou menos.



O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não. Eu acho que não foi nem isso. A conversa não foi muito... Foi curta. Não foi conversa longa não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Em algum momento... Bom, o senhor encontrou o seu advogado depois disso? O senhor ficou na sua casa, e daí, o que aconteceu?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Fiquei na minha casa esperando o meu advogado me procurar para eu dar a declaração. Só que ele não me procurou. Mais ou menos uns três dias depois, ele me ligou. Eu achei que era para pegar a declaração, só que não era. Era para eu passar um dinheiro para ele. Aí eu comentei: "O senhor já conversou com o Dr. Alex?" Contei para ele. Aí ele: "Não, você não vai fazer isso, porque não é certo, eu não trabalho assim, e, se eu souber que você deu essa declaração, eu largo o seu caso." Eu: "Tudo bem". Aí ficou por isso. Mais ou menos uns dois dias depois, o Dr. Silvano mandou me chamar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Dr. Silvano?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - É, o delegado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O delegado.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Ele já estava sabendo já.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Bom, vamos fazer uma pequena parada aqui. Então, o seu advogado disse: "O senhor não dá declaração nenhuma, o senhor tem que seguir a minha orientação, eu não trabalho desse jeito, outras pessoas dando palpite, e o senhor não vai dar declaração coisa nenhuma". É isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Isso.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Bom, vamos fazer uma paradinha. O que o Deputado José Aleksandro queria que o senhor declarasse ali? É só isso, que o delegado tinha feito pressão e que essa pressão chegava a caracterizar tortura psicológica? O que mais ele pedia para o senhor?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Bem, ele achou que eu teria sido torturado psicologicamente, e ele queria que eu desse essa declaração, que fui torturado psicologicamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E o que mais ele pediu? Só isso que ele pediu?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Só essa declaração.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E o que ele dizia sobre quem teria sido o autor da morte?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, ele não comentou não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Não? Ele achava que o senhor era inocente?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Ele achava que eu era inocente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E como é que o senhor classifica, digamos assim, esta solicitação que ele lhe fez? Foi um pedido, foi uma ordem, foi uma pressão, o que foi? Do José Aleksandro.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Foi um pedido, ele foi até humilde. Foi um pedido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sem pressão?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Sem pressão nenhuma.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Não houve qualquer coisa assim: se você não declarar isso, você pode se dar mal...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - ...você pode ser incriminado?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, não, que me lembre, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Aí, então, o senhor foi chamado pelo delegado. O delegado intimou o senhor por escrito?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, ele mandou um policial ir me buscar, porque, sempre que ele quer me ouvir, ele só manda o policial ir lá, no carro, aí eu vou, sabe?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sei. Ele diz: "Você vai agora, tem que ir agora"?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Ele chegou lá e disse: "Davi, o chefe quer falar contigo agora". Aí eu vesti uma roupa e fui. Eu nem sabia o que era.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E, quando acontece isso, o senhor não fala com o seu advogado: "estão me levando aqui e tal"?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, eu até errei, porque o meu trato com o meu advogado era que para onde eu fosse ele ia comigo. Aí eu fiquei, sabe, meio, na hora, fui sozinho. Aí, depois que eu cheguei lá, ele já estava sabendo, que eu contei a história para ele. Ele falou: "Você confirma essa história no Ministério Público. Eu vou te levar lá agora, tem dois promotores te esperando para ouvir essa história". Aí, eu, tranquilo, eu não estou mentindo, aí eu peguei e fui. Nisso, depois



que a gente já estava lá dentro, o meu irmão chega com o meu advogado, com o Dr. Roberto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E daí?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - E daí eu peguei e prestei o depoimento para o Ministério Público. Aí já foi quando me chamaram para cá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E o seu advogado achou bom o senhor prestar esse depoimento, ficou de acordo?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Ele disse que eu fiz a coisa certa. Ele acha que eu fiz a coisa certa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E o que o senhor disse para o delegado, ou melhor, para o Ministério Público, para o promotor? O que o senhor falou para ele? Isso que o senhor contou aqui agora?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Eu contei a mesma história aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Exatamente isso que o senhor falou aqui?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Em nenhum momento o senhor falou que foi pressionado?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E por que o senhor acha que o Deputado José Aleksandro chamou o senhor para pedir essa declaração? O senhor já me disse que ele disse que o senhor era inocente, que ele já passou por injustiça, etc. e tal, e ele queria que o senhor desse uma declaração, porque ele



achava que o senhor tinha sido torturado, e ele não concordava com isso, o senhor já falou. Mas ele disse mais alguma coisa, por que razão ele estava fazendo aquilo?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, não. Ele só falou que já tinha sido muito injustiçado e tinha interesse no caso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Vamos falar um pouquinho agora, Sr. Davi, a respeito

END CLÁUDIA CASTRO

HOME IRMA

muito injustiçado e tinha interesse no caso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Vamos falar um pouco, Sr. Davi, a respeito dessa moça que foi assassinada. Quando ela foi assassinada, o senhor namorava com ela?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Eu namorava com ela.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Onde é que ela foi assinada, em que circunstância?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Eu não sei dizer, porque lá na cidade eu não saía muito, eu não conhecia a cidade. Sempre era ela quem me levava em casa. Ela me levava lá, me deixava lá e ia para casa. Nesse dia ela me deixou lá, aí ela saiu e foi quando aconteceu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Ela deixava o senhor de automóvel ou a pé?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – A pé mesmo. A cidade...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Morava perto?



O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não. Nesse dia ela ia para casa do primo dela, que tocava teclado na banda com a gente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O senhor disse que não conhecia bem a cidade, por quê? O senhor tinha se mudado para lá recentemente?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Eu já estava com um pouquinho de tempo lá, mas eu moro em Rio Branco e até hoje eu não sei andar lá dentro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Em Sena Madureira?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Sem brincadeira, eu não...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Nós estamos falando de Sena Madureira, a cidade.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E aí ela deixou o senhor por volta de que horas?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Ela me deixou por volta de 11h30 para meia-noite.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E foi sozinha?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Foi sozinha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Em direção a casa do primo dela?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Ela disse que ia para casa do primo dela, ia dormir lá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E não chegou?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Aí não chegou.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E ela foi sozinha ou tinha alguém em companhia dela quando ela foi?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, ela foi sozinha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E na sua casa tinha alguém?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Tinha, tinha a empregada, tinha a...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Alguém da banda?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não tinha ninguém da banda.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Só a empregada mesmo, um menino...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O que o senhor acha que aconteceu com ela?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Ela foi morta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Isso eu sei, mas o senhor acha que foi o quê? Um assalto? O que o senhor acha que aconteceu?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Olha, eu não tenho idéia. (*Ininteligível*) foi por malvadeza mesmo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O senhor acha que foi mais de uma pessoa que fez isso com ela?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Eu acho que sim. Ela era grandona, era maior do que eu, forte. Acho que uma pessoa só...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Parece que houve lá uma série de crueldades.



O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Foi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Na sua avaliação, isso poderia ser obra de uma ou mais pessoas?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Mais pessoas. Ela era grandona, como estou lhe dizendo, forte. Só uma pessoa não...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Por que razão? O senhor ficou sabendo em que circunstâncias esses três rapazes que foram acusados foram absolvidos pelo Tribunal do Júri de Sena Madureira? Eles foram inocentados, os três rapazes, não é?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Durante as investigações, o senhor leu nos jornais o que estava acontecendo, o que não estava acontecendo, quando eles estavam sendo investigados, e até que eles foram presos, não é isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É. Eu acho que eu pequei por uma parte, eu esperei muito pela Justiça. Enquanto eles estavam lá eu acreditava — entendeu? — que eles eram culpados mesmo e fui deixando, esperando pela Justiça e isso foi virando uma bola de neve. E está do tamanho que o senhor está vendo hoje.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Sr. Davi, como é que eles escaparam dessa condenação?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não tenho a mínima idéia. Eu sei que foram muitos políticos lá, foram muitos, muitos, a Analu(?) não saía da televisão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Analu? Quem é Analu?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Analu é uma Deputada de Rio Grande.



Data: 28/05/02

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Ela defendia esses rapazes?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Defendia esses rapazes, que inclusive estão presos de novo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E por que eles estão presos, o senhor sabe?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Eles, se não me engano, roubaram, assaltaram uma loja lá, uma mercearia. Não sei direito não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O senhor já disse que não sabe, que o senhor não tem provas de quem matou a Luziene(?).

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É verdade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Mas quem o senhor acha que a matou?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não tenho a mínima idéia. Eu não quero nem saber.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Portanto, o senhor não pode nem afirmar que são os três rapazes.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Eu não posso afirmar. Eu não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E por que o senhor disse aqui que o senhor passou a ser suspeito?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Porque eu namorava com ela e naquela noite eu estive com ela.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Mas, agora, depois que os rapazes foram absolvidos, que o senhor voltou a ser suspeito?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Voltei a ser suspeito de novo por causa disso, por que eu estive com ela na noite.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E o que leva o senhor à conclusão de que o senhor voltou a ser suspeito? A polícia procurou o senhor de novo?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Foi, me procuraram de novo e já tomaram outro rumo nas investigações.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Como assim?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Quer dizer, os rapazes saíram — entendeu? — e entrou a gente. Eu e outras pessoas que eu nem conheço, nunca vi na vida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Quem são essas outras pessoas?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É um... Com o filho da Prefeita eu não tenho a mínima amizade; tem um tal de Ernandes(?) que eu nunca vi, não sei; tem um outro por nome de Airton(?) que também nunca vi. É aquele negócio... O único que eu conheço mais ou menos é o Barna.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O senhor disse que o senhor passou a ser suspeito, primeiro, porque o senhor era namorado da moça.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Segundo, porque na noite do crime o senhor esteve com ela até antes do crime.



O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Está bem, é uma coisa que eles tinham que investigar. E o filho da Prefeita, por que passou a ser suspeito? Ele também namorava com ela? Qual a ligação dele com ela?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Eu acho que... Para falar a verdade, eu penso de uma maneira, que ligaram, que eu trabalhava com o braço direito da Prefeita lá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O senhor?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – J. Alves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Quem? O senhor?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Eu trabalhava para ele, eu era músico dele.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Entendi.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Entendeu?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Entendi.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Quem analisar bem, o Barna é irmão do J. Alves e vive com o filho da Prefeita. Quer dizer, é uma ligação doida aí. Eu não quero nem falar muito nisso que é para não complicar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não, Sr. Davi, o senhor não vai se complicar. O senhor tem que nos esclarecer tudo. Estamos aqui procurando a verdade, nos ajude.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Eu acho que aqui eu já falei demais, é um pensamento que eu tenho, isso me dói muito, eu botei para fora agora, sem querer.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Então, o senhor acha que estão querendo envolver o pessoal que tem ligação com a Prefeita? É isso que o senhor falou?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Eu não sei, pode ser.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O filho da Prefeita conhecia a Luziene?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Que eu saiba não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Esse outro, o senhor mencionou mais dois suspeitos, qual o nome deles? Além do filho da Prefeita tem mais.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Tem o Barna, tem o Airton e um outro por nome de Ernandes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O que esse Ernandes e o que esse Airton tinham a ver com a Luziene?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Esses aí já vi nome deles no jornal, entendeu? Mas nem para mim mesmo... Aliás, o Delegado perguntou se eu conhecia eles. Eu não conheço, nunca vi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Nem sabe quem são?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Nem sei quem são.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Nem por ouvir dizer, nem no jornal?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, ouvi dizer. Ouvi o nome deles já.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O que eles fazem em Rio Branco?



Data: 28/05/02

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não sei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O senhor prestou depoimento, então, perante o Promotor, livremente, sem qualquer constrangimento.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Foi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Como o senhor está prestando aqui hoje.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Normal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Neste ambiente de respeito e...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Muito bem. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Antes de conceder a palavra ao representado, gostaria, Sr. Davi, que o senhor me ajudasse a botar algumas coisinhas em ordem.

O senhor agora, neste momento, está se sentindo ameaçado por alguém, por alguma coisa?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Nada. No Acre também não?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Só para eu entender, Barna e Domingos Martins da Silva Filho são a mesma pessoa? Às vezes falam Bá, às vezes Barna, só para eu entender.



Data: 28/05/02

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Eu conheço o Barna, o Joaquim aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Barna é esse Domingos Martins, ou não?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não sei, eu conheço o Barna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Você só conhece o apelido.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – No seu depoimento prestado no Ministério Público, pelo que o senhor diz aqui, é mais ou menos conforme aquele depoimento, o senhor relatou que na conversa que teve com o Deputado José Aleksandro, o Deputado José Aleksandro queria colocar o Delegado sob suspeita. É isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Foi isso, foi o que eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Entendendo que a suspeição seria por força dele torturá-lo, não é isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Psicologicamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Psicologicamente, sim, o senhor já disse que não sofreu nenhuma sevícia, nenhuma tortura física. Aquela pressão do Delegado no interrogatório, é isso.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Só para recapitular os parentescos. O senhor trabalha com o J. Alves?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não trabalho mais. Trabalhava na época.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Trabalhava na época com o J. Alves, como músico da... J. Alves é o braço direito...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Na época ele era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Na época de quem?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Ele era Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Ele era Vereador. E o Barna é irmão do J. Alves?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Inclusive uma coisinha que falavam, que era esse pessoal aí que pagava o meu advogado. Eu tive que provar com cheques do irmão. Foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Quer dizer, quem pagava seu advogado sempre foi seu irmão?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Sempre foi meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – E o nome do seu irmão?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Esse pessoal aí nem me procurava procuraram, nem pra..., entendeu? Nem no dia que chegaram a me prender lá, no primeiro dia, não me procuraram nem pra..., entendeu? Só conversa, meu amigo, sabe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Só uma questãozinha a respeito do carro. O carro era um carro Fiat branco? O carro que lhe pegou da sua casa para ir à casa do Deputado José Aleksandro.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, era um...



- O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Thomaz Nonô) – Um Pálio.
- O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA** –...Fiesta, Fiesta.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Thomaz Nonô) – Um Fiesta, um Fiesta.
- O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA** – Placa daqui de Brasília.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Thomaz Nonô) – Um Fiesta, de Brasília, branco.
- O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA** – Isso.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Thomaz Nonô) – Conduzido pelo motorista do Deputado José Aleksandro?
- O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA** – Acho que era o motorista dele.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Thomaz Nonô) – Acha ou o senhor recorda?
- O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA** – Eu acho que era, estava dirigindo.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Thomaz Nonô) – Estava dirigindo o carro. O carro o senhor sabia que era dele ou não?
- O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA** – Não, não sei se era dele.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Thomaz Nonô) – Na época que ele pegou ou não?
- O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA** – Eu sei que entrou lá o carro.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Thomaz Nonô) – Entrou na casa dele.
- O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA** – É. Não sei se era dele.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Thomaz Nonô) – O senhor conhecia esse filho da Prefeita?
- O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA** – Não, o Thales não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Thales?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Sabe por que esse Thales foi arrolado, quer dizer, num primeiro momento você não sabe nada?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não sei, foi um negócio assim muito repentino, sabe?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Sei.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Junto assim, aí eu não tenho nem idéia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Quando lhe interrogaram na polícia, na primeira vez que o senhor foi ouvido, lhe perguntaram alguma coisa acerca de Thales ou não?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Na primeira vez a pergunta era só em cima de você mesmo?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Era. Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Tá bom. Nos termos regimentais concedo a palavra ao representado, nobre Deputado José Aleksandro, lembrando que o Deputado dirige as suas perguntas ao Presidente.

Apenas para esclarecer, Sr. Camurça, que o senhor vai respondendo, mas não é necessário ficar, em linguagem popular, batendo boca. Pergunto, você responde, e vamos conduzindo assim.

Pois não, Deputado José Aleksandro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO - Sr. Presidente, senhores membros do Conselho, quero deixar a testemunha mais tranqüila possível do jeito



que o Relator deixou. Sinta-se com a maior tranqüilidade aqui para falar só a verdade.

Quero fazer algumas perguntas. Dia 3 ou dia 4, dia 3 foi uma quarta-feira e dia 4 foi uma quinta-feira. Foi dia 3 ou dia 4 que V. Sa. esteve na minha casa?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Posso responder? Olha a coisa aconteceu assim que eu não imaginei que ia parar aqui. Então se eu não ia decorar dia e não tive esse cuidado, não ia adivinhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado – Consignada a resposta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Não sabendo se é dia 3 ou dia 4, vou pegar aqui e me dirigir ao depoimento. Dia 3 ou dia 4, quarta ou quinta-feira. Sr. Davi Camurça, que é músico, onde e quando no Estado do Acre, numa quarta ou quinta-feira teve **show** no Juventus?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Ah, têm vários. Porque é o seguinte: variante numa quinta-feira é normal ter. Tem a Quinta Country, teve o 14 Bis, nesse dia teve **show** dos Dois a Um, era no Juventus, e teve um **show** evangélico, o lançamento do CD do Tantos Motivos no SESC, que era onde o meu irmão estaria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – No Ministério Público V.Sa. afirmou que era um dia de sábado.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É o que eu falei, eu não tomei o cuidado de...Não ia adivinhar que ia parar aqui, não tomei o cuidado de saber qual era o dia e a hora.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Mas estando já dentro da minha casa, V. Sa., que presta muita atenção as coisas, prestou atenção na placa do carro,



prestou atenção no rádio, prestou atenção nas pessoas, V. Sa. já esteve no meu escritório?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Deve ter prestado atenção ao escritório?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Sem dúvida. Tinha um quadro seu preto e branco, o senhor com chapéu na cabeça...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Chapéu na cabeça.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Tinha um computador do lado esquerdo em cima de uma mesa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Um computador, que tipo de computador?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – O senhor pediu para encostar a cortina da janela, porque ficava na sua frente a claridade, o senhor lagrimava com a claridade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Eu estou com as fotos do meu escritório todinhas aqui. Eu gostaria que as fotos fossem levadas, as fotos do meu escritório. Era computador?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Computador.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – De que lado?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Do seu lado esquerdo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Lado esquerdo. Era um computador com impressora, com...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não tomei o cuidado de...



O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – O quadro atrás de mim, era atrás de mim?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, era mais ao lado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Ao lado. Esse quadro ao lado ele tinha o quê?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Do outro lado da porta. Era o senhor... Era um quadro mais ou menos grande assim, meio... Era preto e branco, e o senhor com um chapeuzinho redondo na cabeça.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – E o que tem mais no escritório?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Ah, não, não prestei muita atenção não, só as cadeiras na frente, ele era meio vazio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Eu vou passar todas as fotografias de meu escritório. Gostaria que o Presidente e o Relator, que fosse passado depois uma cópia aos membros. O meu escritório tem muito pouco do que ele falou. Primeiro não tem computador, tem um **notebook**. Segundo, não tem fotografia minha com quadro. Terceiro, dá para se perceber tudo o que tem dentro do escritório, porque é um estúdio. Tem a parte de escritório aqui. Aqui você vê que tem câmara, tem estúdio, tem sistema de televisão, tem três computadores grandes de parte de fazer um matrox(?), de fazer. Vou passar para aqui para que seja juntado aos autos.

Vou continuar fazendo mais uma pergunta. Se foi dia 3, ou se foi dia 4, se foi dia 5 ou se foi dia 6, na parte da manhã, Sr. Presidente, no Município de Rio Branco. Dia 3, tive a preocupação de levantar toda a minha vida dos dias que estive no Estado do Acre. Do dia 1 ao dia 7, estive no Estado do Acre; do dia 8 ao dia 10,



estive na cidade de Brasília; do dia 1 ao dia 3 estive nos Municípios de Senador Guiomard, Capixaba e Porto do Acre, não estando lá no meu escritório em nenhuma parte do dia; do dia 4, dia 5 e dia 6, eu fiquei em Rio Branco; dia 4, dia 5 e dia 6, eu entreguei 600 bolsas de formatura, começando 8 horas da manhã e terminando meio-dia. Entreguei 200 dia 4, dia 5 e dia 6. Estando eu na presença de 300, 400 a 500 famílias numa escola de informática chamada Dataface(?). Então, facilmente identificável, porque tem horário, tem televisão, tem gravações. Quer dizer, passei a manhã lá, não saí de lá. Isso foi no dia 3, dia 4, dia 5. Dia 6, que foi um sábado, eu viajei e estive no Município de Feijó e Tarauacá, que posso comprovar através das passagens.

Quero levantar esses adendos, porque quero fazer juntada demonstrando que não trabalhei no meu escritório político em Rio Branco nesses dias, a não ser que possa ter sido outro dias que o rapaz tenha esquecido.

Mas queria fazer uma pergunta, agora esclarecendo esses pontos. Você foi preso, foi levado preso para depor lá no Ministério Público?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Foi levado preso não? O seu advogado estava com você, conforme consta do depoimento?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – No Ministério Público?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Sim.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Ele chegou depois.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Chegou depois.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não. Ele chegou antes de eu prestar o depoimento, mas quando ele chegou eu já estava lá com o seu doutor e o delegado.



Data: 28/05/02

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Ele assinou o depoimento?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, ele não assinou não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Por que ele não assinou?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não sei. Ele não me falou não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Ele lhe procurou antes em delegacia?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Quem?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – O seu advogado?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Se ele me procurou antes na delegacia?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Em alguma delegacia em Rio Branco.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Ele não lhe procurou antes em lugar nenhum? Foi direto para o Ministério Público, ele já sabia que você estava no Ministério Público?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, eu não sei bem como é que foi, porque quem levou ele até o Ministério Público foi o meu irmão. Aí eu não...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Ele não contou para você como foi não?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Você, no seu depoimento, afirmou que, quando conversou comigo nesses dias que você falou, eu tinha lhe pedido para você falar a verdade, nada mais que a verdade.



O seu depoimento, quando você prestou ao Ministério Público, que eu li, observei, aí tem que eu pedi para você colocar o delegado sob suspeita.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, o senhor não pediu para mim colocar o delegado sob suspeita, o senhor pediu uma declaração, para que o senhor conseguisse quatro declarações, aí o senhor entrava com um recurso aqui em Brasília e colocaria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Mas se eu tiver feito isso.. Aí eu pedi para você falar a verdade, nada mais que a verdade?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, o senhor disse que estava sabendo que eu tinha passado por maus momentos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Mas eu pedi para você colocar delegado sob suspeita, se eu tiver feito isso que você falou?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, o senhor me pediu a declaração.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Então, Presidente,

END IRMA

HOME Patricia

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Mas eu pedi para você colocar delegado sob suspeita? Se eu tiver feito isso com você...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, o senhor me pediu a declaração.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Então, Sr. Presidente e Sr. Relator, eu me dou por satisfeito. É a primeira vez que eu vendo... É um prazer conhecer. É primeira vez que eu estou vendo de perto o Sr. Davi Camurça. Eu não sei com que objetivo ele fez isso. No meu escritório não tem nada dessa referência



que ele fez. Estão aqui as fotografias. A minha agenda no Acre, eu vou fazer chegar oficialmente ao Conselho, inclusive com todos os detalhes que eu dei. É um prazer conhecê-lo, Sr. Davi Camurça.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Uma coisinha. Isso é o que ele diz. Eu não vim aqui para mentir. Eu vim de livre e espontânea vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – V.Exa. fique tranqüilo. Veja bem, cada um... ao Deputado é legalmente permitido apresentar a versão dele. O senhor apresenta a sua, e aqui os senhores Deputados vão julgar. Não é nem ele nem eu, são os Srs. Deputados. Fique tranqüilo. Apenas para ficar bem caracterizado, porque esse eu acho que é um ponto fulcral no procedimento. Quando o senhor foi à casa do Deputado, o senhor confirma que viu o Deputado lá? Confirma?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Vi, conversei. Confirmando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Que era entre dez, onze horas, por aí, no horário da manhã?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Bem, como o acusado ofereceu aqui as fotos do escritório dele, o depoente mencionou que havia um quadro na parede.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Um quadro na parede.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não exatamente atrás da cadeira, mas um pouco do lado.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Do outro lado da porta.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Do outro lado da porta. Atrás da cadeira não havia quadro?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, que eu prestasse atenção. Nisso não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E esse quadro que o senhor viu lá o que que era? Um cavalo? O que que era?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, era ele... Esse que eu vi, que me chamou a atenção, era um quadro grandinho assim, preto e branco. E ele mesmo e um chapeuzinho redondinho assim...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Ah, então isso é verdade?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – ... de antigamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O senhor já falou isso. Não tinha nenhum quadro com flores lá no escritório dele?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, que eu visse não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não? A mesa dele, do que era? De vidro, de madeira ou o quê?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Umas daquelas de computador, daquelas branquinhas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – De cor clara?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Mais alvinha do que aquela ali. Mais ou menos como aquela.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Como essa dali? Como aquela?



O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Do computador.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Tinha alguma bandeira no escritório dele?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não. Que eu visse, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Bandeira do Estado do Acre, não?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não entrei prestando atenção muito, não. Eu confesso que a proposta dele me animou. Poxa, você tá no fundo do poço, e alguém chega e joga uma corda pra você. Você vai se animar, não é? Eu confesso que eu me animei. É porque o meu advogado não aceitou.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Eu quero fazer só uma pergunta. Já no termo do seu depoimento, o senhor falou em quatro declarações. Que quatro? Declarações de quatro pessoas, é isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Sobre o quê?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – A mesma coisa, a mesma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Olha, permita-me só perguntar novamente, porque isso precisa... está sendo gravado e tem que ficar bem explicadinho. A mesma coisa o quê? Quer dizer, depoimentos de quê? Deixe-me ver se foi isso que eu entendi corretamente: que o delegado o havia torturado psicologicamente. Então, eram declarações de outras pessoas nessa mesma linha? É isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É. Ele precisaria de quatro declarações.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Nessa linha.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – A que ele me pediu era nessa linha. As outras, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – As outras, você não sabe. E foi oferecida alguma vantagem nisso, algum dinheiro, um advogado, um automóvel, uma viagem para fora do Acre, qualquer coisa dessa ordem?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Nenhuma vantagem?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Concedo a palavra ao primeiro Deputado inscrito, Deputado Moroni Torgan.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Boa tarde. Primeiro, eu quero agradecer a sua boa vontade de colaborar com a Comissão e a boa vontade que tem tido de colaborar com a Justiça. Acho importante a sua condição inicial: já que eu não devo nada à Justiça, então eu não tenho que negociar, não tenho que... tenho como colaborar com a verdade. Então, eu achei interessante isso, não é? Esse rapaz, o Barna, quando lhe chamou para o carro, os seus colegas da banda viram isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Viram.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Viram isso acontecer?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Viram.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Depois, quando tu foste ao teu irmão, contaste para ele que tinha tido na... estado na casa do Deputado, esse negócio?



Data: 28/05/02

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Contei.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Contou? Isso foi logo em seguida, depois?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Hã, hã.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Pelo que eu entendi, você foi se aconselhar com seu irmão se deveria assinar aquela declaração ou não.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Porque, ao ver, tu tinhas sofrido alguma pressão. Então, se aquilo era tortura psicológica ou não era a dúvida que tu tinhas na cabeça.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É verdade. É isso.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Bom, eu... no início da tua conversa, eu estranhei tu entrares no carro do Barna. Depois, quando tu continuaste conversando, eu não estranhei mais porque era irmão do teu chefe, pelo que eu vi.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É isso aí.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Então, não tinha razão para deixar de entrar no carro dele, se ele solicitou isso, né? E aí tu explicaste o trajeto e chegaste na casa do Deputado José Alex. Foi isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Isso.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – E, aí, um portão se abriu?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Isso.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Esse portão é de ferro ou é de madeira?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – De ferro. Alumínio mesmo.



Data: 28/05/02

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – De ferro . Aí entraste na casa?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Isso.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – E ficaste esperando em baixo, ali fora ou como é que foi?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Eu fiquei na sala.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Só na sala?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Com um outro funcionário lá, conversando, e eu tava lá.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tinha outros funcionários lá também. O carro entrou pra dentro da casa ou ficou do lado de fora?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Entrou pra dentro da casa.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Foi para dentro da casa. Esse escritório fica no mesmo andar da casa, fica no andar superior? Como é que é isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Olha, eu acho que era no terceiro. A gente quase não pára de subir a escada. Era no terceiro.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Sobe escada assim e vai lá pra cima. Sai da escada e já dá no escritório?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, era uma porta à direita se não me engano.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Uma porta à direita. Sai da escada, uma porta à direita.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É. Eu não sabia o que que me esperava...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tem razão. Eu acho que... Eu quero que tu te fixes não nas coisas móveis do escritório, porque coisa móvel pode



Data: 28/05/02

ser mudada de um dia pro outro. As coisas fixas é que são mais difíceis de mudar, né? Então, eu queria que tu te fixasses... Primeiro, eu queria saber se era no mesmo andar, se não era, se correspondia um escritório lá em cima.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA — Era em cima. Era em cima mesmo. Eu lembro que a gente subiu... Subiu eu e o Barna.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Subiram tu e o Barna?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Foi.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – E quando tu subiste, o Deputado estava lá te aguardando ou ele chegou depois?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Ele estava aguardando.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Ele estava lá sentado à mesa?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Tinha um outro rapaz também batendo a poeira lá.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Limpando lá. E aí foste atendido por ele?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Foi.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Conheceste ele antes disso ou não?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não, só por televisão mesmo.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Televisão.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Pessoalmente, foi o primeiro dia.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – E, por alguma razão, você foi na casa dele em alguma outra ocasião?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Nunca tinha ido na casa dele?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não, senhor.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Só nessa ocasião é que você foi na casa dele.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Foi isso.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Qual era a ligação do Deputado com a Prefeita? Eu quero entender isso. Ele não disse se era amigo ou se não era?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Não chegou a falar isso.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não. A conversa foi meio curta.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Mas devia ter alguma ligação com o Barna, né, porque foi o Barna que te levou lá.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Foi o Barna que me levou lá.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – E, pelo que tu sentia na voz do rádio, era a voz do Deputado ou não dava pra perceber?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não dava para perceber não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Não dava? Mas tinha alguém cobrando se tu realmente estavas te deslocando para lá? É isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É. Perguntou se tinha achado o rapaz, né? Aí ele falou que tinha achado, que já estava chegando lá.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tinha achado e já estava chegando lá. Tu disseste que o Barna subiu contigo, não é?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Subiu comigo.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Ele falou alguma coisa pro Barna?

Ou o Barna entrou, ficou calado e saiu?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não. Só conversamos nós dois mesmo. O Barna mal falou.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Ele ficou quieto?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Ficou.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - O estranho é por que o Deputado José Aleksandro queria que tu assinasses essa declaração contra o delegado. Ele falou alguma coisa?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Era isso mesmo. Ele precisaria de quatro declarações para entrar aqui em Brasília, colocando o delegado sob suspeita.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Quando os três rapazes estavam presos, alguém te pediu para assinar alguma coisa ou fazer algo?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Mesmo quando eles foram presos tu foste ouvido, não é?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Fui. Desde o começo do inquérito, todas as vezes que me chamam eu vou.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Então, desde o início você foi ouvido?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Fui ouvido.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Enquanto tinham os três rapazes...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Eu continuava indo como testemunha.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Mas ninguém se preocupou em fazer tu assinares uma declaração dizendo que havia sido pressionado?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Não. É interessante que só depois alguém tenha tido essa preocupação, quando os três rapazes deixaram de ser os suspeitos. Não se tratava de uma declaração para inocentar os outros suspeitos, mas de uma declaração para desqualificar o delegado, não é?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É o que eu entendi.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Para que ele não tivesse condições nem moral para continuar a investigação.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Eu até entendo o lado dele porque esse caso lá está muito estranho, sabe?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eu percebi que tu estás em dúvida se realmente os três eram culpados, se existem outros que são culpados. Ficou essa dúvida no ar. Agora, o que me causa estranheza é que, quando os três foram descartados, alguém se preocupou em fazer tu assinares uma declaração para desmoralizar o advogado. Quer dizer, fica meio estranho, não é? Quando eles eram culpados, ninguém se preocupou com isso. Quer dizer, se estamos preocupados com a verdade, não precisamos tentar desmoralizar alguém. Basta continuar na verdade. A impressão que me dá — não sei se tu concordas comigo — é que alguém ficou com medo que chegasse em pessoas em que não deveria chegar.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Ou talvez com medo de uma injustiça também. Tem essa hipótese também.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Também. Podem ser as duas hipóteses. É interessante o teu discernimento porque mostra que tu sabes bem o que fizeste e quando fez.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Compreendeu? Está mostrando um bom discernimento, e vejo que a tua situação é delicada. Não é fácil a situação que tu estás. Por isso sou muito grato pela tua presença aqui. Quer queira, quer não... Por que tu deixaste de trabalhar para o J. Alves?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Bem, de lá pra cá... porque eu não podia ficar em cena, né? Correr risco de vida, a família da menina talvez... e de lá pra cá, até em Rio Branco mesmo, eu não consegui mais banda para tocar, sabe, porque sempre que contratam a gente... sabe como é, contrato tem que cumprir. Às vezes a gente tinha um contrato muito sério e eu era chamado. Então, eu tinha que ir e já tinha que quebrar o contrato. Isso me queimou muito, sabe, e até hoje eu...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Mas foi o J. Alves quem pediu para ti para não trabalhar mais para ele?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não. Eu mesmo que não quis ir, minha família... ninguém quis mais que eu fosse.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – O normal era o J. Alves te dar apoio, pois te conhece, afinal de contas, há tanto tempo.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Infelizmente, não foi isso.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Sobrou alguma dúvida para ele do teu envolvimento?



O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não. Eles não têm dúvida nenhuma. Quanto a mim, não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Não têm dúvida?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – De maneira nenhuma.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – De qualquer jeito o Barna esperava que tu assinasses a declaração, não esperava?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É o que eu entendi, né?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Ficou uma situação ruim porque o teu chefe esperava que tu fizesses alguma coisa, tu acabas não fazendo e, então, te sentes numa situação desconfortável. É mais ou menos isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É ruim. Mas chefe como assim? Não entendi.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Digo: o irmão do chefe foi quem te levou para assinar a declaração, não é?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É verdade.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Então, na tua cabeça, tu deves pensar: “o irmão do meu chefe queria que eu assinasse, eu não vou assinar”.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Só que ele não era mais o meu chefe não, já tinham passados anos...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Já não era mais teu chefe? Só era conhecido?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não. Eu não dou nem muita trela pra ele porque ele não me ajudou quando eu precisei. Teve uma vez que eu tive que depor em Sena, a gente se aperreou lá por gasolina, pedimos pelo menos qualquer coisa



para inteirar a gasolina pra gente voltar. Pensa que deram? Deram não. E ainda achavam que esse pessoal é que pagava o meu advogado.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Diga-me uma coisa, a tua namorada falou que tinha medo de alguém ou coisa parecida?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Ela não tinha receio de ninguém?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tanto é que 11h30, meia noite... Apesar de ser uma cidade pequena, teoricamente não tem muito problema de...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Ela era acostumada a andar...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – ... a andar naquele horário sem problema nenhum.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Ia pra festa, voltada na hora que... ela já era acostumada.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Muito bem. Acho que está bem claro. Os detalhes são interessantes. A confirmação que tu fizeste ao Presidente foi que conversaste com ele talvez por uns dez minutos. Pelo que tu falaste não foi uma hora, mas algo em torno de dez minutos.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não. Foi muito pouco tempo. É aquele negócio, eu não tive o cuidado de... eu nunca imaginei que viesse esbarrar aqui, né?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Claro, eu só imagino. Na tua cabeça, tu estás no Conselho de Ética da Câmara Federal. Nunca imaginou que viesse parar no Conselho de Ética. Mas não te preocupa, não. É só dizer a verdade



que tu pode estar até na ONU que, se continuar dizendo a verdade, continuará em vantagem.

A tua consciência está tranqüila?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Está, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Alguém, alguma vez, pediu tu inventares uma estória envolvendo o Deputado José Aleksandro?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Nunca aconteceu isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tu terias alguma vantagem em inventar uma estória que falou com ele sem ter falado?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Com a palavra o nobre Deputado Lincoln Portela.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Davi, como componente deste Conselho, agradeço a sua presença entre nós. O senhor tem algum antecedente criminal?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Nenhum processo corre na Justiça contra V.Sa.?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Também não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Roberto Batochio) – Deputado Lincoln Portella, um momento. Convido o nobre Deputado Moroni Torgan a assumir a presidência durante alguns minutos. V.Exa. pode continuar.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – O senhor afirma, confirma, ratifica que em momento algum foi pressionado pelo Deputado José Aleksandro?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não. Ele conversou bem comigo; conversou legal.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Eu não sei se o microfone está... Por favor, fale ao microfone.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Estou falando meio longe. Não, não. Ele não me pressionou não. Ele pediu numa boa.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Em algum momento o senhor teria sido procurado por funcionários ou por pessoas que se diziam funcionárias do Sr. José Aleksandro, para ser pressionado de alguma forma ou para receber algum favor em dinheiro?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Também não.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Quero entender bem a sua posição quando da ocasião em que o delegado foi colocado sob suspeita. O senhor ouviu da boca do Deputado José Aleksandro que ele queria colocar o delegado sob suspeita?



O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Bom, é pelo seguinte, se o Dr. Silvano tivesse mesmo me torturado psicologicamente era isso que ia acontecer.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - O senhor não entendeu. Vou repetir.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Sim.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Não sei se eu me fiz entender mal; então, vou repetir. O Deputado José Aleksandro disse ao senhor, Davi, em algum momento, que o delegado — o delegado, não o senhor — estaria sob suspeita?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Estou entendendo agora.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Ele disse que o delegado era suspeito de torturá-lo, de prejudicá-lo?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Disse.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Não entendi. Porque no depoimento o senhor disse que assim entendeu.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Foi, assim eu entendi.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Não. Uma coisa é o senhor dizer que o Deputado José Aleksandro disse que o delegado estava sob suspeita.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Posso explicar?

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Outra coisa é o senhor dizer: eu entendi isso. É sim ou não.



Data: 28/05/02

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Ele me pediu a declaração para pôr o delegado sob suspeita, ele não falou que o delegado era suspeito. Ele não comentou isso.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Então, segundo o seu entendimento, ele lhe teria pedido.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não foi segundo o meu entendimento. Foi isso mesmo.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Então, ele teria lhe pedido um atestado?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Isso.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - De que o delegado não estava sob suspeita, mas que o delegado lhe teria pressionado...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Isso.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - E não a expressão "sob suspeita"?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Isso.

Só que ele me pediu a verdade. Eu dava essa declaração se eu entendesse que eu fui torturado psicologicamente.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Está certo.

Voltando à questão da casa do Deputado José Aleksandro, Rio Branco deve ter uns 300 mil habitantes, aproximadamente?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não sei.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Um Deputado como o Sr. José Aleksandro é conhecido por ser Deputado...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - É verdade.



Data: 28/05/02

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - ... por ter sido Vereador, por ser também apresentador de televisão, âncora de programa televisivo e também por fazer reuniões do seu partido político e do bloco que ele compõe em sua casa.

A casa do Deputado José Aleksandro, então, percebe-se que é muito freqüentada, muito conhecida na região?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não sei. Fui lá uma vez, só essa vez.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Muito bem.

O senhor disse que provavelmente teria sido no terceiro andar do escritório. Provavelmente ou é no terceiro andar?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - É o que falei. Não tomei o cuidado de olhar. Não imaginava que viria parar aqui. Portanto, não tomei cuidado. Sei que demoramos, subindo a escada. Ou era no segundo ou no terceiro. Mas, para mim, era no terceiro.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Quando o senhor disse que chegou no terceiro andar... A porta do que o senhor chama de escritório dele fica em frente à escada, à direita ou à esquerda?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - À direita.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - À direita! Entendi o senhor dizer que era em frente.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Então, a porta fica à direita?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Falei à direita.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - O senhor, quando passou pela sala do Deputado José Aleksandro... Evidentemente, para chegar ao terceiro andar,



Data: 28/05/02

o senhor deve ter passado por uma sala ou uma ante-sala, por um **hall** de entrada, alguma coisa...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não prestei atenção. Sei que subi escadas e cheguei até o escritório.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - O senhor não sabe se para chegar a esta escada o senhor teve que passar por uma sala de jantar, por uma sala de visita?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, não.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - O senhor não prestou atenção?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, não prestei atenção.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Mas o senhor prestou atenção na sala dele, que havia um computador?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não era sala; era um escritório.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Um escritório?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Isso.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Mas, na sala, o senhor não prestou atenção? Quando o senhor estava subindo, chegou a uma sala sem prestar atenção nenhuma se era uma sala de jantar ou uma sala de visita, se havia poltronas, se havia quadros na parede? O senhor não prestou atenção?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - A poltrona estava na sala. Falo do escritório porque eu passei tempo no escritório.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - O senhor não tem detalhes de antes de subir as escadas? O senhor não tem nenhum detalhe da casa?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, não. Que eu lembre, não.



O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Ok.

Pelo que entendi, também, o "Barja" era conhecido?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - O Barna?

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - O Barna não lhe era conhecido?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não entendi a pergunta. O Barna?

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Não lhe era conhecido?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Se não era conhecido?

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - É.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Eu conhecia o Barna.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Conhecia o Barna.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Acabei de falar que ele é irmão do meu patrão.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Mas o senhor tinha alguma relação de amizade com ele ou só de conhecê-lo?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, às vezes ele me dava carona de Sena Madureira para Rio Branco.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Então, vocês tinham uma certa relação? Quem dá carona pelo menos bate papo no decorrer...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, porque o irmão dele pedia para ele dar carona, só que nunca dava carona para uma pessoa só, mas para várias pessoas. O irmão dele era político e aí...

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Muito obrigado. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgian) - Concedo a palavra ao Deputado Waldir Pires.



O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Olha, Davi Camurça, o senhor está dando seu depoimento com tranqüilidade, e isso é muito importante para nós.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Obrigado.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - É muito importante para a Nação, porque nós não vamos apreciar o crime, pois isso é tarefa do Ministério Público, da polícia, do delegado.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Do delegado.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Nesta Comissão, queremos saber os aspectos éticos do comportamento de um colega nosso. Só isso. Eu não vou lhe perguntar detalhes nem da casa, nem do gabinete, nem da entrada.

Não me esqueço da minha primeira aula de Direito Penal, quando tinha dezoito anos. Meu mestre fez um teste do valor das provas testemunhais. Em determinado instante, fez entrar um funcionário da faculdade, na Bahia, e conversou rapidamente com ele. No final da aula, fez uma indagação de como era aquela pessoa, o funcionário que entrou: qual o seu tamanho, a sua cor, se tinha ou não bigode, sobre a cor da gravata, etc. As contradições foram enormes. Pessoalmente, não me atenho a detalhes. Desejo saber sobretudo o seguinte: você chegou à casa do Deputado José Aleksandro conduzido por estas duas pessoas, um motorista e uma outra pessoa. Durante o trajeto, foi conversando, entrou na casa, subiu, chegou ao gabinete, e lá estive com o Deputado José Aleksandro.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Isso.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Conversou com ele?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Hum, hum.



Data: 28/05/02

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Ele expôs o que você já disse e o que todos ouvimos. Foi a primeira vez que o senhor esteve conversando com o Deputado José Aleksandro?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - A primeira vez.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Antes, você nunca tinha estado com o Deputado José Aleksandro?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, não. Nem imaginava.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Nunca.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Nem na hora eu imaginava.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Para você, também, esta terá sido a primeira vez que o Deputado José Aleksandro o viu.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Isso.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Que esteve com você?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Você poderia me dizer qual é a distância entre a casa do "Senador" José Aleksandro e a cidade de Sena Madureira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Deputado até agradece, mas é "Deputado".

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Perdão. Qual é a distância entre Sena Madureira e a casa do Deputado José Aleksandro?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Acho que é a pergunta mais difícil que me fizeram hoje. É meio difícil.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - É muito longe?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - É longe.



Data: 28/05/02

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Quantos minutos?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não tenho a mínima idéia.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Dez quilômetros, vinte quilômetros?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Nem dirigir eu dirijo.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES Mas, de carro, quanto tempo se leva, quanto tempo você levou?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - De Rio Branco a Sena Madureira leva-se 1 hora e 20 minutos, 1 hora e 30 minutos, mas até a casa do Deputado não...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - De Sena Madureira à casa do Deputado? Não de Rio Branco
END Patricia

HOME SILVIA

Agora, até a casa do Deputado, eu não...

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - E de Sena Madureira à casa do Deputado? Não de Rio Branco, mas de Sena Madureira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A casa fica em Sena Madureira?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - A casa do Deputado? Não, fica em Rio Branco. Eu também moro em Rio Branco.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - A casa do Deputado fica em Rio Branco.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Em Rio Branco.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Está bem.



Qual a distância entre Rio Branco e Sena Madureira, mais ou menos?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - É o que estou dizendo: entre 1 hora e 20 minutos e 1 hora e 30 minutos, de carro.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Qual a distância entre Rio Branco e Senador Guiomard? É mais ou menos a mesma coisa?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não, Senador Guiomard é mais perto.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - É mais perto.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Se não me engano, são apenas 35 quilômetros. Não tenho muita certeza.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - De forma que a distância entre Rio Branco e Sena Madureira é de aproximadamente 1 hora e 20 minutos, 1 hora e 30 minutos ou 1 hora e 40 minutos, 1 hora e 10 minutos; e a distância entre Rio Branco e Senador Guiomard é alguma coisa em torno de 35 minutos, 40 minutos.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Por aí.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - De modo que muitas coisas podem ser feitas numa tarde ou numa manhã nessas três cidades. Você pode sair de Rio Branco de carro e estar em Sena Madureira e em Senador Guiomard.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Acho meio difícil. Acho que eu discordo disso.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Sim, mas se uma é 1 hora e 20 minutos e a outra são 35 minutos...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Está nessa faixa.



Data: 28/05/02

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Pois é. Não estou querendo que você reveja sua informação. Estou apenas refletindo em voz alta sobre a proximidade dessas cidades.

É claro que você não quer dizer de quem suspeita sobre o assassinato da sua noiva.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não é que eu não queira dizer.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Você não sabe.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - É porque não sei. A verdade é essa.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Sena Madureira é uma cidade de quantos mil habitantes? Você tem idéia?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não tenho idéia.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Mas o povo sempre faz comentários. Não foi você. Você afirmou isso aqui. Portanto, essa é a sua convicção.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Sem dúvida. Eu tenho certeza.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Você era também o namorado que tinha estado com Luziene naquela noite.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Verdade.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Mas um crime hediondo como o que fizeram com sua namorada, você nos disse que imagina que não tenha sido uma só pessoa, deveria ter sido mais de uma pessoa.

Esses três rapazes que foram presos, pronunciados e depois foram absorvidos. Por que eles foram presos e absolvidos?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Até onde sei, as testemunhas voltaram atrás no que falaram. Até onde sei, é isso.



O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - As testemunhas voltaram atrás.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não sei mais nada.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Esses três rapazes têm alguma participação política.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não sei. Não quero...

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – O que você não quer?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não quero intervir nesse... Como o senhor disse, isso está nas mãos deles.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - O que a cidade diz?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Qual é a opinião da cidade? O que ela diz?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não sei. Moro em Rio Branco. Esqueci Sena. E quero continuar assim, esquecer mesmo.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Está bem. Claro, você tem razão.

Estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Obrigado, Deputado Waldir Pires.

O Deputado Vicente Arruda estava inscrito, mas teve que sair. Não temos mais inscrição hoje. Gostaria de perguntar ao Sr. Relator se teria mais alguma argüição a fazer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não. Sr. Presidente, apenas alvitaria a testemunha a nos dar o prazer de ficar na Casa ainda algum tempo. Vamos inquirir mais duas testemunhas. Se for possível, pediria que a



Data: 28/05/02

testemunha permanecesse na Casa para o caso de haver necessidade de acareação. Então, peço que a testemunha seja confortavelmente instalada.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Sr. Presidente, tenho questionamento a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Como a testemunha ainda se encontra presente, a Deputada Iara Bernardi poderá efetuar suas perguntas.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Com relação ao carro que foi buscá-lo para levar até a casa do Deputado, você viu algum detalhe, um plástico, alguma identificação no carro, além de a chapa ser de Brasília, que destacasse alguma coisa?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Tinha uma película na frente.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - E o que era isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Uma espada. Acho que tem alguma coisa a ver com a Câmara, com a Polícia Federal, com alguma coisa assim.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Isso?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Isso.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Foi essa a identificação?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Isso.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Tinha um plástico no carro com essa identificação?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Um plástico com mais menos esse tamanho. Um adesivo.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Esse é o Brasão da República brasileira. Havia essa identificação no carro? Você se lembra disso?



O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Se tinha essa identificação? Tinha.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Tinha o plástico, então.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - No canto do lado do motorista. Até achei que era polícia.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Sim. Poucos carros usam isso. Então, disso você se lembra perfeitamente, de que o carro tinha essa identificação, de um plástico como esse.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Inclusive, tem na fita, tem no meu depoimento. Eu falei sobre essa película.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Perfeitamente.

Sr. Presidente, apenas esse detalhe que gostaria que constasse dos autos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Pergunto à testemunha se gostaria de declinar alguma outra informação que deixou de fazê-lo ou se dá por satisfeito também.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bem. Pedimos que acompanhe a testemunha e que ela fique na Casa, claro que por sua livre e espontânea vontade, à disposição do Conselho, para que, se houver necessidade, voltemos a chamá-la ainda hoje. Tudo vai transcorrer hoje para sua tranquilidade. Nas próximas horas, isso vai transcorrer e depois você poderá voltar à sua casa e ao seu Estado.

Agradecemos a colaboração de V.Sa.

Solicitamos a presença do Sr. Silvano Rabelo, Delegado da Polícia Civil do Estado do Acre.



(Pausa.)

Dr. Silvano Rabelo, vejo que V.Sa. assinou o compromisso de dizer a verdade. Isso de livre e espontânea vontade, quero deixar bem consignado. V.Sa. se encontra entre nós para esclarecer um fato a este Conselho de Ética, envolvendo o Deputado José Aleksandro — um fato que ocorreu com esse rapaz de nome Davi Camurça — e alguns outros detalhes do fato, sobre o qual há investigação criminal, acerca de um homicídio que aconteceu na cidade de Sena Madureira, senão me engano.

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – V.Sa. tem a palavra por um tempo para nos colocar a par do assunto, se for esse seu desejo; senão, poderei passar a palavra direto aos Deputados.

O SR. SILVANO RABELO – Eu gostaria de, sucintamente, comentar o assunto. Com relação ao que foi dito em desfavor do Deputado Federal José Aleksandro pela testemunha Davi Camurça, eu tenho o conhecimento do seguinte: num determinado dia, na cidade de Rio Branco, ele encontrava-se em sua residência e foi procurado por um motorista do Deputado, que o conduziu até a sua residência. Lá chegando, o Deputado teria pedido que ele assinasse uma declaração, dizendo que teria sido torturado psicologicamente por mim, e a finalidade dessa declaração seria me colocar sob suspeição, sob o argumento de que aquela seria uma maneira que o Deputado teria de ajudar não só Davi Camurça como outras pessoas que por mim estão sendo investigadas. Acrescentou Davi Camurça que o Deputado precisaria tão-somente de quatro declarações daquela natureza. Davi não teria aceitado, teria procurado seu advogado e teria sido



orientado a não assinar tal declaração, pois o advogado não trabalhava usando aquele tipo de expediente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Essa é a declaração inicial?

O SR. SILVANO RABELO – É, os fatos que me foram trazidos por Davi Camurça foram exatamente esses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço a V.Sa. e passo a palavra ao nobre Relator, Deputado José Roberto Batochio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Dr. Silvano Rabelo, V.Sa. é um dos delegados de polícia de Rio Branco...

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - ...ou de Sena Madureira?

O SR. SILVANO RABELO – Não, de Rio Branco. Eu sou titular do Grupo Antiassalto da Polícia Civil em Rio Branco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Com referência a este... Vou fazer umas perguntas um pouco mais técnicas, por ser V.Sa. versado em Direito. Isso nos permite entrar um pouco mais nessa direção para bem compreender os fatos. Houve um homicídio, com características de crime sexual, de que foi vítima a menor Luziene — esse crime se deu em Sena Madureira —, a Polícia investigou e chegou a três suspeitos inicialmente. É isso?

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Foi V.Sa. que presidiu o inquérito policial quando se chegou a esses três suspeitos?



O SR. SILVANO RABELO – Não, a presidência do inquérito foi do Dr. João Augusto, então Delegado da cidade de Sena Madureira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Esses três suspeitos foram indiciados nesse inquérito, posteriormente foram denunciados pelo Ministério Público e realizada a instrução na Vara do Júri de Sena Madureira, ou de Rio Branco. Corrija-me V.Sa.

O SR. SILVANO RABELO – De Sena Madureira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – De Sena Madureira. E o juiz de Sena Madureira, após examinar as provas ali colhidas naquela fase primária do processo escalonado do Júri, proferiu a sentença ou o despacho, como querem alguns, de pronúncia, mandando esses três acusados, agora réus, a julgamentos pelo Tribunal do Júri . É certo isso?

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Submetidos a julgamentos pelo Tribunal do Júri, eles foram absolvidos.

O SR. SILVANO RABELO – Foram absolvidos por negativa de autoria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Negativa de autoria.

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Os jurados acolheram, então, o protesto de inocência por negativa de autoria.

O SR. SILVANO RABELO – Negativa de autoria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Agora, porque também sou da área, vejo o seguinte: quando há pronúncia de alguém no Tribunal do Júri, o Estado, o juiz diz assim: "Olha, está provada a existência material do crime e há



indícios idôneos suficientes de que os acusados são os autores desse fato”. Quando o Estado profere essa decisão, ele fecha, em relação a qualquer outro suspeito, a possibilidade de investigação, porque o Estado está dizendo: “Olha, o crime houve e os acusados são estes aqui”. Porque, se assim não fora, toda vez que houver uma absolvição pelo Tribunal do Povo, Tribunal do Júri, em relação a um crime de homicídio, isso fica investigado indefinidamente. Ou seja, vão se procurando novos suspeitos, novos acusados; novos suspeitos, novos acusados; novos suspeitos... Isso não teria fim, o processo não acabaria jamais, o que contraria o princípio da segurança jurídica, acolhido na nossa Constituição. Por isso é que, doutrinária e pretorianamente, pronunciado o réu, fecham-se os caminhos da investigação em relação a quaisquer outros. Então, como posso estar enganado — os meus estudos de Direito Processual e Penal podem ter falhado —, eu perguntaria a V.Sa. como é que se reenceta, sob que determinação, como é que se reinstalou isso aí? É uma coisa que eu gostaria de saber para depois entrarmos nos outros detalhes.

O SR. SILVANO RABELO – V.Exa., sem dúvida, é um profundo conhecedor do Direito. Respeito a sua opinião, mas, em Direito, tudo pode ser contestado. Eu, particularmente, se V.Exa. me permite, gostaria de, sucintamente...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Eu não estou contrariando a sua tese, eu estou fazendo apenas uma indagação.

O SR. SILVANO RABELO – Tudo bem. Eu gostaria de, sucintamente, fazer uma colocação sobre o caso. Para o pronunciamento, V.Exa. sabe e acabou de dizer, basta que haja prova da existência do crime e indícios suficientes de sua autoria. Indícios.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Idôneos.



O SR. SILVANO RABELO – Indícios. No meu entendimento, aí não se exaure qualquer investigação, porque, ao pronunciar, o juiz irá submeter, com base nos indícios, essas pessoas a julgamento pelo Corpo de Jurados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Que é o juiz constitucional.

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Por isso o juiz não pode dizer “está provado que eles são os culpados”, mas “existem indícios suficientes”, porque o competente, constitucionalmente, é o Jurado.

O SR. SILVANO RABELO – Se V.Exa. me permite, eles foram absolvidos por negativa de autoria. Isso quer dizer, tecnicamente, até que se prove o contrário, que não foram eles. Ora, se não foram eles, acho que a sociedade não pode ficar à mercê dos criminosos que praticaram o crime. A sociedade tem o direito de que esses verdadeiros criminosos sejam investigados e levados a julgamento. Por isso o magistrado da cidade de Sena Madureira requisitou à Polícia Civil logo as investigações, exatamente porque a sociedade não pode ficar à mercê de criminosos, considerando que essas pessoas

END SILVIA

Home – Madalena

requisitou à Polícia Civil novas investigações, exatamente porque a sociedade não pode ficar à mercê de criminosos, considerando que essas pessoas foram absolvidas por negativa de autoria. Em tese, acredita-se que não foram elas. Pelo menos, foi o entendimento dos jurados.



A sociedade tem o direito de ver os verdadeiros culpados sentados no banco dos réus. E eu acho que esse foi o entendimento do juiz. É o entendimento também de boa parte da doutrina. Por isso, o juiz requisitou nova investigação policial, e eu fui designado para o cumprimento dessa requisição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – V.Sa. respondeu à minha indagação. Então, houve uma requisição judicial para que se insturassem novas investigações a respeito?

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente, exatamente. Eu estou tão-somente cumprindo uma requisição judicial.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Se V.Sa. tivesse feito isso **sponte propria**, também não teria nada contra. Eu apenas estou querendo saber como é que se passavam as coisas. Enfim, respeito o ponto de vista de V.Sa. e do magistrado.

O que eu queria saber era o seguinte: “reincetadas” essas investigações, apareceram novos suspeitos da prática desse delito de homicídio, que foi um delito de homicídio com características de crueldade.

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Algumas coisas de barbárie, uma coisa terrível. V.Sa. endereçou ou encaminhou as investigações nesta segunda etapa, nesta segunda fase? A primeira fase, que chegou aos treze indiciados, não foi responsabilidade de V.Sa. em nenhum momento das investigações?

O SR. SILVANO RABELO – Eu não participei das investigações na primeira fase.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – V.Sa. entrou na segunda fase. Na segunda fase V.Exa. entra.

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Nessa segunda fase, quais foram, digamos assim, os caminhos percorridos por V.Sa. na orientação dessas investigações?

O SR. SILVANO RABELO – Bom, os caminhos percorridos foram exatamente aqueles que devem ser seguidos por qualquer autoridade policial que tem compromisso com a descoberta da verdade real. Eu não fiz, em momento algum, uma investigação direcionada para “a”, “b”, “c” ou “d”. Eu fiz uma investigação abrangente, investigando novas pessoas, investigando também as pessoas que foram absolvidas por negativa de autoria, exatamente para que não houvesse a conotação de direcionamento de investigação, porque, quando se direciona uma investigação...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Vou fazer uma observação apenas porque V.Sa., percebi, é aficionado aos estudos. V.Sa. então não teria, digamos assim, na busca dessa verdade real, sequer considerado a decisão absolutória do corpo de jurados na sua determinação?

O SR. SILVANO RABELO – Eu entendo que, como qualquer ser humano, o corpo de jurados também pode errar. O senhor sabe que um julgamento feito em plenário no Tribunal do Júri, além da parte técnica, da parte jurídica, também na prática há uma eloquência muito grande da defesa, da acusação, que às vezes se constitui numa verdadeira peça teatral. Os jurados são cidadãos do povo. Essas pessoas não têm conhecimento jurídico, não têm conhecimento técnico do que é o



Direito em si, e às vezes se deixam levar por essa eloquência de discursos. E considerando-se que, mesmo levando-se em consideração que a princípio essas pessoas não fossem os autores do delito, já que foram absolvidas por negativa de autoria, nada impede, do ponto de vista legal, que elas também fossem investigadas, até porque eu não queria dar ensejo a comentários de que eu estaria direcionado a investigação para "a", "b", "c" ou "d". Ela tinha que ser abrangente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – De minha parte, eu quero deixar bem claro a V.Sa. que V.Sa. está aqui como testemunha e em nenhum momento V.Sa. seria colocado sob suspeita de qualquer coisa. V.Sa. está colaborando conosco aqui. Portanto, fique bem claro que...

Então, V.Sa. adotou esses critérios gerais de investigação, os quais incluíam até mesmo os réus que já tinham sido absolvidos por negativa de autoria?

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Aí o senhor ficou com um leque de suspeitos: esses três, que tinham sido absolvidos, e quem mais?

O SR. SILVANO RABELO – V.Exa. sabe que o inquérito policial tem caráter sigiloso, pela sua própria natureza. Eu gostaria de lembrar um fato: tudo o que é dito aqui é levado ao conhecimento da sociedade acreana através de um programa denominado "O X da Questão", do Elmo. Sr. Deputado José Aleksandro. Seria extremamente prejudicial e até, digamos assim, precipitado da minha parte mencionar nome de pessoas investigadas, quando esses nomes certamente serão levados ao conhecimento da sociedade acreana, porque, mais cedo ou mais tarde, algumas dessas pessoas poderão até ser inocentadas, mas seus nomes estarão manchados para o resto de suas existências.



Data: 28/05/02

Se V.Exa. insiste, eu posso até mencionar alguns nomes. Mas eu gostaria que isso fosse feito em caráter sigiloso e que não fosse gravado, muito menos levado ao conhecimento da sociedade acreana, porque, obviamente, esses nomes serão levados à sociedade no momento certo, a partir do instante em que não pairar qualquer dúvida sobre nenhuma pessoa investigada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Posso compreender a preocupação de V.Sa., e não é intuito de qualquer um de nós aqui prejudicar o curso das investigações desenvolvidas lá. Também não julgo imprescindível a identificação desses suspeitos. Basta que conversemos e V.Sa. nos informe a respeito do número de suspeitos.

Eram três aqueles que foram julgados. Quantos mais estão sendo sindicados? Não precisa identificá-los.

O SR. SILVANO RABELO – Cinco pessoas, até o presente momento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Fora esses três ou incluindo os três?

O SR. SILVANO RABELO – Afora esses três.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E essas outras cinco pessoas que estão sendo investigadas, algumas delas estão sendo investigadas por serem suspeitas de terem agido em concurso ou são cinco investigações com linhas próprias e individuais? Percebe V.Sa. o que quero dizer?

O SR. SILVANO RABELO – Entendo perfeitamente. Pelos indícios carreados para os autos até o presente momento, essas pessoas agiram em concurso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – As cinco? Conjuntamente, as cinco?



Data: 28/05/02

O SR. SILVANO RABELO – Agora, essa afirmação não é taxativa, até porque as investigações ainda não foram concluídas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Claro, V.Sa. está investigando. Enfim, não há nenhuma dúvida a respeito disso.

Então, o Davi Camurça aqui compareceu — e este é o núcleo da nossa indagação —, ele aqui compareceu e disse que teria sido solicitado pelo Deputado José Aleksandro para que desse uma declaração a ele, Deputado José Aleksandro, no sentido de que ele fora pressionado na delegacia de polícia durante essas investigações de homicídio, entendendo o Deputado José Aleksandro que essa pressão psicológica poderia, digamos assim, trespassar ou atravessar os limites do que vem conceituado na legislação como tortura psicológica, que é a ameaça, a pressão. Enfim, essa coisa toda. E é de uma definição muito fluida, ao meu ver.

O SR. SILVANO RABELO – Muito subjetiva também.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – É, de fato. Mas o Davi Camurça compareceu e prestou depoimento e disse: “não, ele pediu-me que desse uma declaração de que eu fui pressionado na delegacia de polícia durante as investigações.” Nem sei se é por V.Sa., porque V.Sa. entrou na segunda fase.

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – “E eu queria essa declaração, porque eu também já sofri injustiças e tal e nós temos que tomar providências em Brasília contra esse tipo de tortura psicológica, de ameaça, de pressão”, etc. “Mas eu quero que você diga a verdade; apenas a verdade.” Foi o que disse o Camurça aqui, para nós. Ele disse também, o Camurça, que de repente ele, que teve essa conversa com o Deputado José Aleksandro na casa do Deputado



José Aleksandro, na presença de Bah, o motorista, e de repente recebeu uma intimação de V.Sa. dizendo: “olha, já sei de tudo.” O Deputado José Aleksandro chamou você lá, você foi lá e tal. Ele lhe pediu uma declaração, etc. e tal. É verdade isso?

O SR. SILVANO RABELO – Não é bem assim não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Então, como é?

O SR. SILVANO RABELO – Eu recebi uma informação de uma pessoa que, por telefone — essa pessoa não se identificou —, disse: “olha, delegado, eu gostaria que você tomasse cuidado, porque o Deputado José Aleksandro está montando uma armação para te prejudicar.” Eu procurei estender um pouco mais a conversa, para ver se eu conseguia reconhecer a voz. Não consegui. Procurei pelo menos saber do que se tratava essa armação, e a pessoa me contou. Eu, imediatamente, procurei Davi Camurça, pedi para que ele me contasse o que estava acontecendo. Ele não se fez de rogado, contou exatamente aquilo que ele contou no Ministério Público Estadual.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Só uma interrupção. Esse seu informante, cuja identidade V.Sa. naturalmente deseja preservar, posso imaginar, esse que veio lhe contar “olha, estão tramando contra o senhor”, ele disse: “eu ouvi dizer isso”, ou estava presente?

O SR. SILVANO RABELO – Não, ela não entrou nesse detalhe. Ela iniciou a conversação dizendo: “Tome cuidado, porque o Deputado José Aleksandro está fazendo uma armação contra você.”

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Naturalmente, o senhor perguntou: “Mas como?”



Data: 28/05/02

O SR. SILVANO RABELO – Sim, procurei saber os detalhes, ao tempo em que tentei reconhecer a voz.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Ah, por telefone foi isso?

O SR. SILVANO RABELO – Foi por telefone.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Era um telefonema anônimo, então?

O SR. SILVANO RABELO – Eu gostaria também de deixar uma coisa aqui bem clara. Eu sei que, pelo menos — me desculpe a sinceridade, Deputado José Aleksandro —, pelo menos nessa fase, eu acredito que o senhor talvez até pense que essa informação teria sido dada pelo Dr. Roberto Duarte. Isso não aconteceu. A pessoa que me passou essa informação foi uma mulher, e o Dr. Roberto Duarte tomou conhecimento desse fato através da família de Davi Camurça, que pediu para que ele fosse ao Ministério Público estadual. Eu não estou aqui querendo fazer julgamentos, mas é uma hipótese. Então, o Dr. Roberto Duarte tomou conhecimento desse fato através da família de Davi Camurça — pelo menos, foi o que Davi Camurça me contou posteriormente —, tanto é que Davi Camurça já estava no Ministério Público estadual quando lá chegou o Dr. Roberto Duarte. O Dr. Roberto pode confirmar isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Bem, mas o Dr. Roberto não está depondo aqui hoje.

Vamos voltar às suas informações. Então, uma pessoa que não quis se identificar ou se identificou e o senhor quer preservá-la...

O SR. SILVANO RABELO – Não, essa pessoa não quis se identificar e eu não consegui reconhecer sua voz. Era uma mulher.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – ...portanto, não detalhou se estava presente ou se ouviu dizer.

O SR. SILVANO RABELO – Não, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Apenas lhe deu o aviso.

O SR. SILVANO RABELO – Eu senti também que essa pessoa me passou o essencial, o núcleo da informação, mas não quis estender a conversa, possivelmente com medo de ter sua voz reconhecida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Perfeito. O senhor, então, mandou buscar o Camurça.

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente. Expedi o mandado de intimação e pedi para que ele me contasse sobre essa armação. E ele me contou exatamente aquilo que foi dito no Ministério Público estadual.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E o senhor sabia, a essa altura, que o Camurça tinha advogado constituído.

O SR. SILVANO RABELO – Sabia, sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não lhe ocorreu trazer o advogado ou informar ao advogado que o senhor estava trazendo o cliente dele?

O SR. SILVANO RABELO – Embora isso pudesse perfeitamente ser feito por mim, mas o interesse era dele em convocar o advogado. E legalmente eu não tinha obrigação de convocar o advogado dele.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – É que o Davi veio aqui e disse: “Olha, o doutor mandou buscar-lhe e você vai já.” Então, não haveria tempo.

O SR. SILVANO RABELO – Doutor, numa delegacia de polícia em que nós atendemos de 25 a 30 pessoas/dia; numa delegacia em que o delegado acumula os



trabalhos daquela delegacia mais de dois Municípios vizinhos, é difícilimo o delegado se dar ao luxo de, a toda vez que mandar intimar uma pessoa, mandar procurar onde o advogado se encontra, se o advogado está em audiência, às vezes está em Município. Impossível.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Isso V.Sa. já explicou, mas não é inusual a autoridade policial que quer ouvir alguém mandar uma intimação com tempo suficiente e hábil para a pessoa ser encontrada, se comunicar com seu advogado, comparecer em dia e hora designados, como prescreve o Código de Processo Penal.

O SR. SILVANO RABELO – A lei é omissa com relação à intimação, o senhor sabe disso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não é, não. A lei é muito explícita.

O SR. SILVANO RABELO – Não existe, no Código de Processo Penal, um prazo estabelecido para que o delegado intime alguém.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E também não existe autorização para o delegado mandar buscar as pessoas para trazer imediatamente para depor.

O SR. SILVANO RABELO – Por analogia, sim. Por analogia, sim, porque se o juiz pode mandar buscar (*ininteligível*), o delegado também pode. O art. 3º do Código de Processo é claríssimo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não vou entrar em polêmica com V.Sa. Só lhe digo uma coisa: se um dia V.Sa. fizer isso com um cliente meu, Lei nº 4.898, de 1965, claro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – O Presidente pede a V.Exa. o retorno ao objeto da questão. Dispensamos as restrições de processo penal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Bem, eu vou continuar exatamente na mesma linha que estava, porque essa é a linha que interessa, fora a descoberta das circunstâncias em que Davi Camurça foi lá.

Então, eu pergunto a V.Sa.: por que não mandou uma intimação regular para o Sr. Davi Camurça, dizendo “notifico V.Sa. para comparecer neste distrito, no dia tal, às tantas horas”, como se faz normalmente?

O SR. SILVANO RABELO – Vou lhe explicar por que não fiz isso. Na primeira intimação que eu fiz a Davi Camurça, ele já me disse quem era o advogado dele. Eu cedi meu telefone, já que não consegui encontrar o advogado, que era um outro advogado, cedi meu telefone para que ele contactasse com esse advogado, e deixei bem claro que todas as vezes em que ele fosse convocado deveria trazer seu advogado. Então, fica difícil eu ficar correndo atrás de advogado da pessoa que está sendo intimada, até porque não há irregularidade nisso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – V.Sa. pode me explicar, e vou encerrar esse aspecto da questão nesta indagação: se V.Sa. mandou buscá-lo através de um agente policial, para que o agente policial o trouxesse, qual é o tempo hábil para ele procurar o advogado?

O SR. SILVANO RABELO – Na própria delegacia ele poderia telefonar para o advogado, como foi feito da primeira vez. Eu cedi meu telefone e ele telefonou para o advogado, Dr. Badi, fez contato com ele.



E outra coisa também: eu não tomei o depoimento dele na delegacia, exatamente para que não fosse levantada suspeita com relação à minha pessoa. Se eu tinha uma informação dada pelo próprio Davi Camurça de que eu estaria sendo acusado de torturá-lo, eu não iria cometer a ingenuidade de tomar o depoimento dele na própria delegacia, porque, aí sim, se fosse verdade a acusação em que ele apontava o Deputado José Alex como a pessoa responsável pela armação de tortura, aí sim eu estaria dando ensejo para que alguém argüísse a seguinte hipótese: o delegado torturou para que ele desse uma declaração dizendo que o Deputado o havia forçado a assinar um documento em que ele fora torturado.

Então, o que eu fiz? Eu o encaminhei imediatamente para o Ministério Público estadual. Por quê? Porque lá tem um órgão específico para o controle da atividade policial, que é a Coordenadoria de Controle Externo da Atividade Policial. E ficaria muito difícil alguém dizer que eu teria torturado Davi Camurça dentro da Coordenadoria de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público, até porque é um órgão que tem o controle da polícia, mas a polícia não é subordinada, não faz parte dessa instituição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Davi Camurça compareceu aqui hoje e disse que o Deputado José Aleksandro não o constrangeu, não o forçou, apenas pediu a ele. Como V.Sa. vê o fato de ele vir aqui hoje e, perguntado por vários Deputados aqui do Conselho, ter dito: “Não, ele pediu-me que eu dissesse apenas a verdade.” Eu até indaguei: “Mas ele forçou, ele disse ao senhor que se senhor não desse essa declaração poderia ser envolvido no crime?” Eu até explorei ao máximo isso aí. Ele disse: “Não, ele apenas me solicitou.”



Nesse depoimento prestado no Ministério Público, parece que ele dá uma conotação de que o Deputado José Aleksandro o teria constrangido a dar essa declaração. Como é que V.Sa...?

O SR. SILVANO RABELO – Se V.Exa. me permite, eu também tive acesso ao documento. Antes de vir para cá, dei uma lida, exatamente para que não fosse criada nenhuma confusão. O meu entendimento desse documento é de que o Deputado solicitou — pelo menos, é o que está textualmente escrito aí. Ele não disse, em momento nenhum, que o delegado o constrangeu. Ele disse que o Deputado solicitou. E, até que me prove o contrário, se verdadeira a acusação feita por Davi Camurça, a atitude do Deputado José Aleksandro contraria frontalmente aquilo que está descrito no art. 343 do Código Penal Brasileiro. Se V.Exa. tiver o Código, por gentileza...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Eu já conheço.

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente. Então, o senhor vai ver que, se verdadeira a acusação de Davi Camurça, a atitude do Deputado José Alex se enquadra perfeitamente naquela figura descrita no art. 343...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Mesmo tendo o Davi...

O SR. SILVANO RABELO – ...ou seja, corrupção de testemunha. O simples fato de solicitar, mesmo que a testemunha não aceite, já exaure o crime.

V.Exa., já percebi, é um estudioso do Direito, e com certeza deverá ter esse entendimento também. Basta a solicitação, não precisa o constrangimento, não precisa o aceite por parte da testemunha que receber essa solicitação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Mas o Davi Camurça veio aqui e disse que o Deputado José Aleksandro disse a ele: “Eu só quero que



você diga a verdade". Ainda assim, V.Sa insiste que estaria caracterizado o crime de corrupção de testemunha?

O SR. SILVANO RABELO – Se o senhor me permite, no corpo do depoimento está dizendo o seguinte...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não, não. Estou me louvando no que foi dito aqui hoje.

O SR. SILVANO RABELO – Certo. Eu tenho o depoimento e o Davi Camurça disse que o Deputado solicitou que ele fizesse uma declaração dizendo que tinha sido por mim torturado. E disse mais o seguinte: "é impossível que você não tenha sido torturado quando você estava numa sala, só você, o delegado e o escrivão." Quer dizer, se verdadeira a afirmação do Davi Camurça, o Deputado já fez um prejulgamento.

Ora, se todas as pessoas que comparecerem diante de um delegado e de um escrivão forem torturadas, então vamos extinguir a polícia judiciária brasileira, porque todos, a princípio, seriam criminosos, o que não é verdade. A polícia comete abusos? Comete. Agora, eu desafio qualquer pessoa no meu Estado que prove que eu já torturei, que eu já coagi qualquer pessoa a prestar um depoimento ou a fazer algo que a lei não permite.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – V.Sa. já disse aí que entende que o Deputado José Aleksandro cometeu o crime de corrupção de testemunha, nos termos que do que dispõe o preceito primário do art. 343 do Código Penal. V.Sa. nutre pelo Deputado José Aleksandro algum tipo de desafeição, algum tipo de...



O SR. SILVANO RABELO – De forma alguma. Pelo contrário: sempre o tratei amistosamente, e a recíproca sempre foi verdadeira. Agora, eu não posso esconder, porque seria hipocrisia da minha parte; seria, no mínimo, falta de dignidade, porque o homem que não fica indignado com uma atitude dessa, ele nem sequer merece ser chamado de homem. Fiquei indignado. Fiquei indignado, sim, a partir do momento em que Davi Camurça me disse que o Deputado teria tentando convencê-lo a dar uma declaração dizendo que havia sido por mim torturado. Fiquei indignado. Se verdadeira essa acusação, mantenho a minha posição de indignação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E qual seria o propósito do Deputado José Aleksandro em obter essa declaração?

O SR. SILVANO RABELO – Fica muito difícil para mim afirmar isso, muito difícil, porque eu não sei exatamente quais são as ligações do Deputado José Aleksandro com as pessoas que estão sendo investigadas. Fica muito difícil, e eu não gostaria aqui de ser precipitado e fazer prejulgamentos, como fizeram ao meu respeito, se é que é verdade o que consta no documento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – V.Sa. pode nos dizer se essas cinco pessoas que estão sendo investigadas sabem que estão sendo investigadas nessa segunda fase da apuração do homicídio?

O SR. SILVANO RABELO – É impossível, numa investigação formal, concretizada através de um inquérito policial, que uma pessoa que está sendo investigada, pelo menos no decorrer dessa investigação, não perceba que está sendo investigada, porque não existe investigação sem entrevistas, sem perguntas. E pelo próprio teor das perguntas que estão sendo feitas à pessoa que está sendo



investigada, se ela tiver pelo menos uma inteligência mediana, vai dar para perceber que ela está sendo tida como suspeita.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E essas pessoas, que V.Sa. não precisa citar, para não prejudicar as investigações, que são de interesse da sociedade — V.Sa. não precisa revelar os nomes —, mas essas pessoas que estão sob investigação têm qualquer ligação com o Deputado José Aleksandro?

O SR. SILVANO RABELO – Sinceramente, é difícil afirmar, porque, em regra, um Parlamentar tem ligações com muita gente. Ele tem ligações com o seu eleitorado...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Mas pelo seu raciocínio dedutivo, tem laços de parentesco?

O SR. SILVANO RABELO – Pode ter.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Mas V.Sa. desconhece, no momento?

O SR. SILVANO RABELO – Pode ter.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – V.Sa. então não tem conhecimento se há ou não?

O SR. SILVANO RABELO – Eu não gostaria de ser taxativo, até porque eu não conheço quem são os amigos pessoais do Deputado José Aleksandro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Eu faço essa indagação porque toda ação tem que ser finalística, porque toda ação tem uma finalidade. Então, nós precisamos descobrir por que razão houve essa solicitação, qual é o interesse. Nós temos que destrinchar isso aí. Por isso é que eu estou indagando a V.Sa. se essas pessoas que estão sob investigação apresentam, digamos assim, no



plano objetivo, alguma ligação com o Deputado José Aleksandro. A pergunta não é cerebrina nem está solta.

O SR. SILVANO RABELO – Essas pessoas que estão sendo investigadas moram na cidade de Sena Madureira. Eu moro em Rio Branco. Eu passei a conhecer melhor a cidade de Sena Madureira a partir do momento em que eu fui designado para essa investigação. Então, fica muito difícil para mim ser taxativo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não precisa ser taxativo. É dizer: as minhas investigações estão indicando que... Não é isso o que eu quero.

O SR. SILVANO RABELO – Essas pessoas podem ter ligações. Podem ter, podem não ter. É difícil para mim, tendo em vista que eu moro em Rio Branco e eu não sei exatamente as pessoas com quem o Deputado José Aleksandro tem ligações na cidade de Sena Madureira. Seria mais fácil para mim se fossem pessoas residentes em Rio Branco. Até seria mais fácil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Bom, considerando que V.Sa. está investigando, um dos dados da investigação poderia ser inclusive esse vínculo, que justificaria então uma atuação... porque as coisas ficam muito soltas, nós precisamos objetivá-la. Esse é o ponto.

Bem, no dia do assassinato de Luziene, ela esteve com o Davi Camurça até horas antes do homicídio.

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Teria levado o Davi Camurça à sua casa e, da casa de Davi Camurça, ela teria prosseguido o seu itinerário em direção à casa de outros amigos que eram componentes de uma banda musical. E foi nesse ínterim que ela desapareceu e que os seus algozes então



praticaram contra ela as violências cujo resultado material foi encontrado no cadáver e no laudo necroscópico realizado. Essas pessoas em cuja casa Luziene estava indo também foram objeto de investigação?

O SR. SILVANO RABELO – Todas essas pessoas que tiveram contado com Luziene naquela noite, as pessoas de seu meio, estão sendo investigadas, e todas as pessoas mencionadas com possíveis suspeitas. Agora, só gostaria de fazer uma correção, se V.Exa. me permite.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Claro.

O SR. SILVANO RABELO – Na noite do crime, Luziene não foi levada para a casa de Davi Camurça. Ela foi levada por Davi, seu então namorado, para o quintal da casa de um Vereador conhecido como J. Alves, amigo de Davi Camurça.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Onde Davi estaria hospedado?

O SR. SILVANO RABELO – Onde Davi estaria hospedado, exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Eu disse casa porque eu...

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente. Provavelmente, depois da meia noite, Davi Camurça teria se despedido dessa moça e, talvez até por falta de cavalheirismo, não acompanhou a namorada até a sua residência.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Ah, ela ia para sua residência e não para casa de outros componentes da banda?

O SR. SILVANO RABELO – Ela ia para a residência, no Segundo Distrito de Sena Madureira, ou seja, do outro lado do rio que corta a cidade. Não conseguiu atravessar o rio, por falta de catraia, de canoa, e ela optou por ir dormir na casa de



um tio. E Davi Camurça, talvez por falta de cavalheirismo — ou, quem sabe, essa falta de cavalheirismo foi por pura conveniência? —, Davi se despediu dessa moça na frente da casa do Vereador J. Alves e a deixou ir sozinha para a casa desse parente. E, lamentavelmente, aconteceu a tragédia.

Davi alega que não conhecia a cidade de Sena Madureira. Davi alega que tinha medo de gangues existentes naquela cidade.

A questão do medo ou da coragem é muito subjetiva — eu até entendo as suas argumentações —, agora, dizer que não conhece a cidade é muito estranho.

Se V.Exa. me permite fazer uma colocação aqui...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Pois não.

O SR. SILVANO RABELO – Se fosse à época de Davi, ele, com o mesmo instrumento que matou Golias, ele atravessaria a cidade de Madureira com uma pedrada, de tão pequena que ela é.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Muito bem. Agora sou eu que vou fazer a pergunta, portanto, V.Sa. não se preocupe em estar “publicizando” dados da sua investigação. Se eu estou fazendo a pergunta, é porque eu tenho os dados, então, V.Sa. não está...

Eu quero saber qual é a ligação, que vínculos unem ou estabelecem um liame entre Luziene, a vítima, essa infeliz moça que foi trucidada nas circunstâncias em que isso ocorreu, e a pessoa do filho da Prefeita e do Deputado Estadual José Vieira — José Vieira ou João Vieira?

O SR. SILVANO RABELO – José Vieira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Eles se conheciam, eles se namoravam? V.Sa. tem alguma informação para nos dar a respeito disso?



O SR. SILVANO RABELO – V.Exa. me permite só uma colocação? Vou ser bem, bem breve. V.Exa. me disse que tem dados a esse respeito, não é isso?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Tenho algumas informações.

O SR. SILVANO RABELO – O que me causa muita estranheza, porque essa investigação está sendo feita em caráter de sigilo. Até o presente momento, eu não divulguei uma vírgula dela para ninguém, nenhum meio de comunicação sabe disso, e me estranha que V.Exa. tenha dados pertinentes a isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E o pior é que não é só eu, todo esse Conselho, viu, Dr. Delegado. Mas o fato é que essas informações estão nos autos — para encurtar as preocupações de V.Sa. e as suas especulações policiais —, essas informações vieram para os autos e, por isso, eu estou lhe fazendo a pergunta. Então, eu peço a V.Sa. que me responda, por gentileza, se é do seu conhecimento a existência de qualquer vínculo entre o filho da Prefeita e a pessoa da vítima.

O SR. SILVANO RABELO – Eu gostaria de, eu não quero ser evasivo, mas eu gostaria de lhe dizer que, até o presente momento, não foi veiculado, no seio da sociedade acreana, o nome, pelo menos por mim, de qualquer pessoa que tivesse qualquer ligação com esse crime praticado contra a Luziene, inclusive o filho da Prefeita e do Deputado José Vieira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Sei. Então...

O SR. SILVANO RABELO – Porque, a partir do momento que eu disser para V.Exa. os vínculos...



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Eu não perguntei quais, eu perguntei se existem vínculos.

O SR. SILVANO RABELO – ...eu estou, na verdade, citando nomes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Eu perguntei se é do conhecimento de V.Sa. a existência de algum vínculo. Senão, o depoimento de V.Sa. será para nós — um grande prazer, um privilégio tê-lo aqui entre nós...

O SR. SILVANO RABELO – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – ...desfrutarmos aí dos seus conhecimentos jurídicos —, mas será uma inutilidade porque nós precisamos ter informações a respeito disso.

O SR. SILVANO RABELO – Eu vou, então, dizer para o senhor o seguinte: por conta dos depoimentos que eu já tomei em Sena Madureira, todas as pessoas que já foram oitivadas como suspeitas desse crime, de uma forma direta ou indireta, possuem vínculo com o caso Luziene, sim. Eu só não gostaria de dizer os nomes, porque, se eu disser que há vínculo com relação ao filho do Deputado José Vieira, até por uma questão de bom senso, eu vou ter que dizer o nome de todas as pessoas que têm vínculo também. E aí, se eu disser que há vínculo com relação ao filho do Deputado José Vieira, vai parecer direcionamento, porque, se eu não citei o nome de ninguém, por que é que eu vou mencionar o nome dele?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O que V.Sa. entende por vínculo? Eu estou perguntando se existe, se havia conhecimento, se havia amizade, se havia... É isso que eu estou perguntando. Eu não estou perguntando se V.Sa. descobriu alguma coisa sobre ele.



O SR. SILVANO RABELO – Tudo bem. Esses vínculos poderiam ser traduzidos em algumas situações. Se uma pessoa investigada, ela é vista constantemente em companhia de uma outra...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Há um vínculo de amizade.

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente. Altas horas da noite, em vários locais da cidade. Se ela já foi vista conversando com a vítima — tudo isso hipoteticamente —, aí, caracteriza-se um vínculo, o que não quer dizer que há uma premissa de que ela seja autora do crime. Obviamente, não é isso que eu quero dizer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Bem. Sr. Presidente, eu vejo que não há necessidade mais de continuar, porque as investigações estão sob sigilo. Nós não podemos perquirir da possível razão que teria informado a conduta de quem solicita um depoimento, uma declaração àquele sentido. Nós não podemos perquirir da existência de ligações ou conhecimento da suposta pessoa a quem se queria proteger, a quem se disse que quer proteger. Então, eu não vejo mais...

Eu apenas gostaria de fazer uma observação. V.Exa., Sr. Presidente, estava ausente e chegou aqui ao conhecimento da Mesa, e nós devemos estas desculpas ao depoente, que V.Exa., Sr. Presidente, na última reunião disse: “na próxima audiência nós vamos ouvir aqui o Davi Camurça e outras figuras”, no sentido de que outras figuras, figuras ilustres — figuras da sociedade, figuras da República, figuras do Império; me parece que o nobre depoente teria se sentido ofendido. Eu peço que V.Sa., depoente, entenda que não houve, da parte do Presidente, nenhuma intenção



de menoscabo, nenhuma intenção. É que esse linguajar parlamentar, às vezes, passa por essas referências e tal.

Então, como o Presidente não estava aqui, não teria oportunidade de ter sabido disso para se desculpar, eu peço licença ao Presidente para se desculpar em nome dele, se é que alguma desculpa é devida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Não há nada. Não há desculpa devida. Não há nada disso. Eu me recuso a discutir bobagens.

O Presidente vai recolocar as coisas nos devidos termos. Se os senhores entendem que devemos aprofundar essa questão, transforma-se a sessão em sessão reservada, retiro o representado, todas as pessoas e as testemunhas, e discutimos nós Parlamentares com o Deputado, com o Delegado. Se V.Exas. entendem que isso é relevante; senão, vamos seguir o resto do (*ininteligível*). Então, eu consulto V.Exas. Nós temos essa faculdade regimental. Senão... Até porque lembro, veja bem, cada um tem o seu viés. À Presidência compete apenas conduzir os trabalhos. Mas lembro, o que lembro durante quase todas as sessões, estamos perquirindo não o envolvimento, evidentemente. Se isso aflorar, o envolvimento de um Parlamentar com homicídio, não teríamos nem que discutir isso, era cassação liminar. Não é isso que nós estamos discutindo. Estamos discutindo falta de decoro.

Louvo a intenção do Sr. Relator em aprofundar a questão, e o fez com ênfase, e o Sr. Delegado também nos trouxe o depoimento dentro daquilo que a sua própria prática profissional permite trazer. Se V.Exas., de alguma forma, entenderem que é necessário perquirirmos quem é que está sendo arrolado nesse inquérito sigiloso,



Data: 28/05/02

nós podemos fazê-lo como uma rotina bastante própria também na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Sr. Presidente, eu, de minha parte, a menos que algum outro membro do Conselho queira, não vejo necessidade, mas, todavia, se a sessão for convocada em sessão secreta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Reservada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – ...ou reservada, como queira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – São duas coisas distintas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não, não vamos entrar numa questão semântica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Não, eu estou dizendo só que o Regimento impõe... Não, não é semântico, não. É textual.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Mas, neste caso, Sr. Presidente, isto não é semântico e nem comporta interpretação dupla. O acusado tem que estar presente, porque não pode haver ato de instrução sem a presença do réu, do acusado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Discutirei isso com V.Exa. se acontecer. Temos necessidade? Acho que não. Prossegue a instrução. Eu vou fazer duas indagações aqui ao Delegado, entendendo que o Sr. Relator já ...



Data: 28/05/02

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Sr. Presidente, permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. É uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – É. Eu acho totalmente pertinente a possibilidade de V.Exa. inclusive colocar essa possibilidade para o próprio depoente. Eu acredito que nós poderemos continuar a sessão e, se ao fim das arguições, alguém achar pertinente, nós poderemos, então, debater essa, esse propósito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – É louvável a ponderação.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Mas é totalmente pertinente a consideração de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – É que eu não levantei a questão porque é uma coisa regimental.

Sr. Dr. Silvano Rabelo, eu pouco interfiro na matéria, mas quero apenas enfatizar uma coisa que o senhor já respondeu, mas que fique bem claro. Não existe nenhuma animosidade, nem houve, entre o senhor e o Deputado José Aleksandro alguma vez, havendo apenas a partir do momento que V.Sa. foi sabedor de que o Deputado havia inquirido Camurça em questão, perguntando se V.Sa. o havia, de alguma forma, constrangido, a partir daí, o senhor se sentiu, vamos dizer assim, magoado, se expressão...

O SR. SILVANO RABELO – Se verdadeira fosse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Se verdadeira fosse.

O SR. SILVANO RABELO – Se verdadeira, sim. Altamente indignado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Eu pergunto a V.Sa. algo genérico. V.Sa. é Delegado de polícia há quanto tempo?

O SR. SILVANO RABELO – Há 7 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Sempre em

End - Madalena

Home/Marlúcia

a V.Sa. algo genérico: V.Sa. é delegado de polícia há quanto tempo?

O SR. SILVANO RABELO – Há sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Sempre em Rio Branco?

O SR. SILVANO RABELO – Sempre em Rio Branco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Não sei se isso fugiria das cautelas que V.Sa., acertadamente, tem tomado no seu depoimento — acertadamente a meu ver. V.Sa. diria que esses eventos todos que envolvem Camurça, que envolvem essas idas e vindas, seriam políticos, teriam alguma conotação política ou são episódios estritamente policiais? Eu não sei se fui bem claro, mas posso repetir: esse universo de que estamos tratando é criminal **stricto sensu** ou tem conotações políticas? Reformulando ainda, para ser bem didático: a exploração desses fatos, por um viés ou por outro, constitui fato político na sociedade acreana?

O SR. SILVANO RABELO – A investigação que eu estou fazendo é estritamente policial. Agora a exploração que uma ou outra pessoa pode estar fazendo desse fato em si pode ter conotação política, afinal estamos num ano eleitoral. Pode ter.



Data: 28/05/02

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Eu indagaria uma outra coisa: o senhor só foi à Sena Madureira no desempenho de sua missão, quer dizer, específica para Alagoas.

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente. Eu gostaria de dizer que não fui voluntário. Eu fui designado por portaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Não, eu ouvi quando V.Sa. afirmou, ouvi, “por designação judicial”. O promotor...

O SR. SILVANO RABELO – Foi uma requisição judicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – O Dr. Samir, Sami ou Samir, não sei, Barbosa Lopes, ele é o quê?

O SR. SILVANO RABELO – Ele é o promotor responsável pela Coordenadoria de Controle Externo da Atividade Policial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – O senhor tem conhecimento de ciência própria, ou de ouvir dizer, de alguma animosidade entre o Dr. Samir e o Deputado José Aleksandro?

O SR. SILVANO RABELO – Eu não tenho acompanhado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Não é essa a pergunta. Veja bem: já ouviu dizer? Já ouviu dizer alguma vez que houvesse alguma animosidade entre o Dr. Samir Barbosa Lopes e o Deputado José Aleksandro? Só se o senhor ouviu dizer: ou sim, ou não.

O SR. SILVANO RABELO – Sinceramente, eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Não ouviu dizer. Concedo a palavra ao primeiro inscrito... Oh, perdão, nos termos regimentais, primeiro ao representado — desculpe-me —, Deputado José Aleksandro.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. membros do Conselho, Dr. Silvano, eu quero ser direto e objetivo nas minhas perguntas, Sr. Presidente. E a primeira delas, Dr. Silvano, é de onde V.Sa. tirou que eu acho que quem prestou as informações para o senhor foi o Dr. Roberto Duarte?

O SR. SILVANO RABELO – Eu disse e frisei: poderia ser uma hipótese. Mas eu não afirmei, porque eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Deputado José Aleksandro.

O SR. SILVANO RABELO - ... eu, em momento nenhum afirmei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Eu... Talvez o Dr. Silvano não conheça a rotina. Qualquer Parlamentar pergunta e V.Sa. responde. Não é permitido colóquio. V.Exa. pergunta, ele responde, e nós consignamos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Eu gostaria que V.Exa. me assegurasse as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Pode perguntar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Então, de onde é que o senhor tirou essa informação que eu acho que podia ter sido o Dr. Roberto Duarte? Essa é a pergunta.

O SR. SILVANO RABELO – Eu gostaria de repetir o que eu disse: essa é uma hipótese; eu estou assumindo essa hipótese.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – A segunda pergunta que eu quero fazer é: prestou V.Sa. algum depoimento à Comissão de... a alguma Comissão?

O SR. SILVANO RABELO – Eu gostaria de saber o depoimento pertinente a quê, Excelência?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – A esse assunto.

O SR. SILVANO RABELO – Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Eu tenho aqui um relatório, Sr. Presidente — e por isso o motivo da pergunta — de quem encaminhou esse adendo a essa representação aqui. E aqui diz: “Eis o inteiro teor do adendo ao relatório da última viagem dos membros da Comissão ao Estado do Acre pertinente à oitiva dos delegados, segundo Rabelo”. Eu estou falando e fiz esta pergunta, porque... E eu vou repetir a V.Sa., ao Conselho, ao Presidente e ao Relator as palavras que eu falei com relação à sua pessoa da última vez que depus neste Conselho. Eu acho que V.Sa. também deve ter assistido. Eu disse: “O Dr. Silvano Rabelo, para mim, com todo o respeito aos demais delegados, é um dos delegados mais sérios que tem no Estado do Acre”.

O SR. SILVANO RABELO – Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Dr. Silvano Rabelo, o Relator perguntou-me: continua com esse conceito? Eu disse: “Se ele prestou à Comissão de Direitos Humanos essas informações ou esse depoimento que consta nesse relatório, perderia o Dr. Silvano esse conceito comigo”. E aí eu vou para as perguntas: V.Sa. foi ameaçado alguma vez por mim ou tem V.Sa., nesse caso, sofrido ameaças?



O SR. SILVANO RABELO – Eu gostaria... Eu acho que sei do que V.Exa. está falando e vou ser direto, porque gosto de ser direto, não gosto de subterfúgios. Eu estive na Procuradoria da República. Recebi um telefonema de um dos Procuradores, que diziam que queriam ter uma conversa comigo. Conversei com alguns deles, e eles me fizeram alguma pergunta. Agora não houve a formalização de um depoimento, tanto é que eu tenho certeza que aí não há minha assinatura. Agora o que eu disse para eles vou repetir aqui com todas as letras, independentemente do conceito que V.Exa. passe a ter de mim a partir de agora. Mas a verdade tem que ser dita, doa a quem doer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Lógico.

O SR. SILVANO RABELO – Eu estive na Procuradoria da República e tive a honra de conversar com o Dr. Roberto Santoro, e coloquei para ele algumas peculiaridades da investigação do caso Luziene. E disse para ele que, por algumas vezes, de forma covarde, ligaram para minha casa, minha esposa atendeu e me fizeram ameaças. Eu disse para ele que eu fui seguido em Sena Madureira, por algumas vezes, por motoqueiros. E ao contrário do que V.Exa. disse, em que deu um número exagerado de veículos, de policiais, eu estou em Sena Madureira investigando esse caso com duas viaturas, um escrivão de polícia e dois agentes, não é aquele número. E como autoridade policial, até porque quem não tem coragem não deve se habilitar à profissão policial, além de outros requisitos. Eu senti que alguém estava me seguindo, sim, e tentei abordá-los. Agora, motocicletas são sempre muito mais rápidas do que veículos, principalmente na região em que eu estava, uma região de periferia de difícil acesso. E lamentavelmente eu não consegui prender e algemar para que toda a sociedade visse quem estava tentando



atrapalhar o meu trabalho em Sena Madureira. Portanto, eu fui seguido, sim, por dois motoqueiros, por algumas vezes, e foram feitos telefonemas de ameaça na minha casa. Agora, em momento algum, eu mencionei o nome de V.Exa. E digo: isso não me intimida, porque quem faz ameaças anônimas é porque não tem coragem de olhar no olho do seu inimigo — se é que alguém me vê assim. Então, eu gostaria que essas pessoas que estão fazendo isso tivessem o mínimo de hombridade de me fazer ameaça frente a frente, porque eu vou tomar as medidas legais cabíveis, a começar por voz de prisão em flagrante e um par de algemas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Uma cidade pequena, como Sena Madureira, onde o Davi, com a pedra do Golias, atiraria de um começo da cidade para outra, V.Sa. não conseguiu prender esses dois motoqueiros? Mas eu vou para outra pergunta que tem também aqui no relatório: quem — quando o senhor prestou essas informações, porque aqui no relatório dele está como se V.Sa. tivesse dado uma declaração — seriam as pessoas do MDA que querem ganhar o Governo do Estado e controlar a penitenciária para soltar Hildebrando Pascoal?

O SR. SILVANO RABELO – O senhor pode ter certeza de que se eu soubesse eu diria agora. Ou melhor: eu já teria dito para as autoridades competentes. Se eu soubesse eu diria, sem nenhum constrangimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – É por isso que eu quero fazer, Sr. Presidente, Sr. Relator, esses considerandos, porque eu vou ler agora o que tem escrito aqui neste relatório — chegou aqui que faz parte do adendo a minha acusação:

“Tocou também o delegado considerações acerca das implicações políticas do caso — visto que possivelmente há o envolvimento de pessoas ligadas a políticos do



MDA da região, sendo que o presente ano é eleitoral e entende que o MDA teme perder votos e não alcançar o Governo estadual, de onde poderia ajudar a controlar a penitenciária federal e, via de conseqüências, ajudar os membros da organização criminosa do Cel. Hildebrando Pascoal". E ressaltou que existem muitas pessoas que estão querendo esse objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Íntegras. Ressaltou que existem muitas pessoas

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Ressaltou que existem muitas pessoas que integram a MDA, mais que ainda há pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Não, não. Excelência, dois minutos, que estamos todos procurando a verdade, e eu mais do que V.Exa. "Ressaltou que existem muitas pessoas íntegras que integram o MDA". O depoente elogia algumas pessoas. Pessoas íntegras, são pessoas dignas de elogio, mas que ainda há pessoas ligadas à acertada organização que pretendem retomar o poder no Acre. Apenas para esclarecer os Srs. depoentes, o Sr. delegado vê duas ordens de pessoas nesse MDA: pessoas íntegras e pessoas não íntegras, como, aliás, costuma acontecer em todo partido político.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Devolvendo a minha palavra, Sr. Presidente, e para mim, como eu sei que tenho um tempo e não quero ler todinho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Mas a Presidência vai ser generosa com o seu tempo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Mas eu fiz uma pergunta e o delegado respondeu. V.Exa. vai perguntar: Qual foi a pergunta que eu fiz? Conhece, V.Sa., viu, Sr. Presidente, conhece V.Sa. alguém...? E ele disse que se conhecesse



diria. Não estou falando aqui da integridade de ninguém. Então não estou lendo aqui sobre integridade. Eu li um trecho, então não...

O SR. SILVANO RABELO – Eu gostaria só de dizer para o senhor o seguinte: eu não mencionei especificamente nomes e, se eu conhecesse nomes, eu diria sem nenhum constrangimento. Agora, eu também não nego o que eu disse. Assim como podem existir pessoas ligadas a eventos criminosos no MDA, pode existir em qualquer outra organização política. Em qualquer outra. E eu gostaria de dizer para o senhor o seguinte: seria covardia da minha parte desmentir o Procurador da República, porque eu teci considerações, sim, de forma genérica — de forma genérica —, mas não citei nomes e muito menos o nome de V.Exa. Se eu tivesse citado o seu nome, sem nenhum constrangimento, eu diria também.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Por isso, é por isso que eu estou, que fiz aquela colocação. Tenho V.Sa. como um dos delegados mais sérios do Acre. E quando eu li aqui o relatório... Porque o relatório, quando vem nesse nível para uma Comissão de Ética, ele vem com uma série de interrogações, porque ninguém conhece a nossa realidade lá do Estado como eu e V.Sa., mas os Deputados aqui não conhecem não. Por exemplo, dizer V.Sa. — e eu até entendo — que não conhece, ou desconhece, ou não sabe. Quem não sabe, no Estado do Acre, os problemas públicos na televisão? O que eu tenho com o Dr. Samir e o que o Dr. Samir tem comigo? As entrevistas que o Dr. Samir já se posicionou com relação a brigas políticas de Governo, V.Sa. disse para o Presidente, quando perguntado, que desconhece. Eu acho que V.Sa. não está assistindo à televisão, mas tudo bem!



O SR. SILVANO RABELO – Se o senhor me permite, eu sou delegado de Polícia, a minha função é policial e eu não tenho nenhuma obrigação de saber das suas divergências políticas com a, b, c ou d. Portanto, eu não acompanhei e o que eu disse é verdade. Agora, gostaria de dizer mais uma vez: eu não estou aqui desmentindo o Procurador da República; eu fiz colocações genéricas, e volto a dizer: assim como na MDA pode ter pessoas ligadas ao mundo do crime, em qualquer outra organização criminosa também pode ter. Agora, se o senhor tivesse recebido na sua residência os telefones de ameaça que eu recebi, eu tenho certeza de que as suas colocações seriam bem parecidas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Eu recebo no meu Estado constantemente. Agora vamos voltar para o adendo principal. Recebeu V.Sa. um telefonema de uma mulher...

O SR. SILVANO RABELO – Não só... Ah! sim. Desculpe.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – ... de uma mulher, e essa mulher citou-lhe um fato, e esse fato diz respeito a mim. Estando eu na minha casa, recebi o Davi Camurça e pedi para ele assinar uma declaração que incriminasse V.Sa. V.Sa. mandou buscar o Davi lá na casa dele. Davi foi à sua presença e confirmou...

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – ...o telefonema da mulher com uma rapidez muito grande. Não deixou prorrogar. A mulher telefonou, contou; o senhor mandou buscar o Davi; o Davi mentiu. Ele disse que não, ou rapidamente ele esclareceu o assunto.

O SR. SILVANO RABELO – Só um minuto. Não foi tão rapidamente assim. De Sena Madureira a Rio Branco são 140 quilômetros.



Data: 28/05/02

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – O senhor mandou buscar ele em Sena Madureira?

O SR. SILVANO RABELO – Só um minuto, Deputado. De Sena Madureira a Rio Branco são 140 quilômetros. Eu recebi essa informação em Sena Madureira e eu só mandei intimar Davi Camurça quando do meu retorno para a cidade de Rio Branco. Então é impossível eu ter mandado intimar o Davi Camurça incontinenti.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Certo.

O SR. SILVANO RABELO – Talvez o senhor não saiba desse fato.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Não sei não. Foi bom V.Sa. esclarecer. Mas quando V.Sa. chegou a Rio Branco mandou buscá-lo.

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – E quando ele chegou diante de V.Sa.?

O SR. SILVANO RABELO – Ele confirmou exatamente o que fora me dito pelo telefone.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Com uma rapidez muito grande. Não precisou...

O SR. SILVANO RABELO – Sim. Ele me disse que não tinha nenhuma razão para mentir e que daria aquele depoimento em qualquer lugar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Ele, Davi, Davi Camurça, ele é investigado? Ele depôs já diante de V.Sa. alguma vez?

O SR. SILVANO RABELO – Ele já prestou depoimento sim, assim como, pelo menos, uma centena de pessoas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Ele foi preso alguma vez?



O SR. SILVANO RABELO – Por mim, jamais foi preso. Jamais foi preso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Dentro do inquérito houve prisão dele?

O SR. SILVANO RABELO – Jamais foi preso por mim. E eu tenho como provar isso, porque eu estou guardando uma cópia do inquérito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Não! Dentro do inquérito anterior, V.Sa. pode dizer: ele foi preso, ou chegou a ser preso alguma vez?

O SR. SILVANO RABELO – Eu não sei. Não participei da primeira investigação. Comecei a segunda fase da investigação da estaca zero. Eu não estava em Sena Madureira na época. Davi Camurça pode responder isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Eu vou encerrar sem pergunta, fazendo duas considerações, Sr. Presidente: deixar bem claro para o senhor, Dr. Silvano Rabelo, para V.Sa. aqui neste Conselho, que nunca tive nada contra V.Sa.

O SR. SILVANO RABELO – A recíproca é verdadeira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Continuo admirando seu trabalho como delegado.

O SR. SILVANO RABELO – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Nunca tive essa conversa com Davi Camurça. Se eu tivesse tido, eu tinha dito no dia em que eu sentei nessa cadeira que V.Sa. está. Nunca tive essa conversa com Davi Camurça.

O SR. SILVANO RABELO – Fico feliz em saber disso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Nunca pedi para o Davi Camurça falar nada, dizer nada, dar declaração a ninguém. Achei esquisito, esquisito, estranho a declaração dele no Ministério Público quando ele disse que, se eu pedi,



depois eu mando o advogado dele ir buscar. Eu nunca conversei com o advogado dele a esse respeito também, e desejo que V.Sa. encerre esse inquérito, achando os culpados. Eu acho que sociedade de Sena Madureira, do Estado do Acre, precisa deste seu trabalho, deste seu esclarecimento. Agradeço, Sr. Presidente, a V.Exa. e aos membros do Conselho a paciência que tiveram comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Nada há que agradecer, Deputado José Aleksandro. Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Moroni Torgan.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros do Conselho, a testemunha, em primeiro lugar, eu ouvi a questão da inocência dos... por negativa de autoria. Coube recurso disso? Não? Da sentença?

O SR. SILVANO RABELO – Eu não tenho certeza porque eu, como disse, moro em Rio Branco e o julgamento foi feito na cidade de Sena Madureira. Mas, pelo que eu li na imprensa, parece que o Ministério Público não recorreu. E, pelo que eu fiquei sabendo através da mídia, o próprio Ministério Público pediu a absolvição dos réus.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Então é fácil de entender que dificilmente houve recurso se estavam os dois. E chegou a saber as provas? Porque eu acho que, se teve estupro, tem provas aí de perícia, fáceis de serem comprovadas. E houve alguma contradição de provas ou coisa nesse sentido?

O SR. SILVANO RABELO – As contradições são muitas. Há muitos fatos curiosos nessa investigação. Por exemplo, o laudo de conjunção carnal afirma categoricamente que houve estupro; agora, o que me chama atenção é, numa situação de estupro praticado por quatro ou cinco homens, o laudo não mencionar a



presença de sêmen. Será que esses homens, numa situação dessa, iriam ter tempo de colocar preservativo para que não ficasse sêmen? Ou teria sido esse corpo lavado exatamente para se evitar a constatação de sêmen quando da feitura do laudo de conjunção carnal? Isso ainda está sendo investigado, mas isso me chama atenção.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Esse laudo foi feito onde?

O SR. SILVANO RABELO – Em Sena Madureira.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Em Sena Madureira?

O SR. SILVANO RABELO – Em Sena Madureira. Isso está sendo investigado. São muitas indagações que têm que ser respondidas.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Esse laudo foi feito por perito oficial?

O SR. SILVANO RABELO – Por peritos nomeados.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Por peritos nomeados. Estranho mesmo. Difícil o cara ter preocupação; são estupradores preocupados.

O SR. SILVANO RABELO – Eles aderiram à campanha de combate à AIDS, com certeza.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – É. Isso é um horror, na verdade. Estamos falando de verdadeiros monstros, não é? Realmente, a observação de V.Sa. é pertinente para a investigação e pode ser analisada com seriedade, inclusive investigado este perito nomeado pelo trabalho feito. Realmente causa estranheza.

O SR. SILVANO RABELO – Eu gostaria de dizer a V.Exa. que não estou aqui colocando sob suspeição os peritos. Eles podem, quando da feitura do laudo de



conjunção carnal, já ter encontrado o cadáver numa situação que não lhes permitissem a coleta de sêmen. Pode ter acontecido isso. Ainda está sendo investigado. O que me chama a atenção é que o corpo da vítima, Luziene Queiroz de Moraes, foi lavado numa rapidez muito impressionante no hospital para onde fora levado.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Foi lavado o corpo?

O SR. SILVANO RABELO – Sim. Numa rapidez impressionante. É isso que me chama a atenção, o que não é muito comum. Geralmente há um retardo. Geralmente a chefia do setor tem de mandar os funcionários irem lá limpar o corpo e tal. No caso da Luziene foi diferente. Houve um empenho muito grande para que o corpo fosse lavado e liberado o mais rápido possível. Depois, o local o crime não foi preservado, como determina a legislação.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Não houve preservação?

O SR. SILVANO RABELO – Não houve preservação. V.Exa. me permite uma observação pertinente à investigação?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Claro.

O SR. SILVANO RABELO – No local onde o corpo de Luziene foi encontrado havia uma ínfima quantidade de sangue. O laudo cadavérico diz que a causa determinante da morte foi hemorragia aguda. Gostaria de mencionar um dado interessante: a quantidade de sangue era mínima, só que, ao analisar o laudo, eu constatei o seguinte: que a artéria carótida, que leva o sangue da aorta ao cérebro, foi seccionada. A veia jugular foi seccionada. O coração da vítima Luziene...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Interna ou externamente?



O SR. SILVANO RABELO – Internamente. O coração da vítima foi transfixado com uma facada. Como se explica aquela ínfima quantidade de sangue no local em que seu corpo fora encontrado, quando vasos tão importantes como a artéria, a carótida e a veia jugular foram seccionados? Foi um golpe tão profundo que seccionou inclusive a traquéia. E o laudo é categórico: a **causa mortis** foi hemorragia aguda. Onde ficou o sangue de Luziene? Eu sei onde ficou o sangue. Eu sei.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – No esgoto.

O SR. SILVANO RABELO – Nas investigações, eu sei onde ficou o sangue de Luziene. E no momento oportuno, a sociedade, com certeza, tomará conhecimento. Eu sei exatamente onde ficou o sangue de Luziene.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eu acho importante e nem quero que o senhor me diga onde foi justamente para não prejudicar a investigação, mas num crime desse, realmente a perícia é fundamental. A análise do local do crime é fundamental. Quer dizer, nós temos várias informações, tanto num laudo quanto noutro. E causa estranheza isso.

O SR. SILVANO RABELO – V.Exa. me permite uma outra observação técnica? O primeiro laudo descreve que a ferida incisa seccionou a traquéia, mas, apesar de o corte ter sido do lado esquerdo, não faz menção ao corte da carótida, de forma alguma. Interessante, não é? Secciona-se a traquéia e a faca desviou a carótida? Mas no laudo de exumação...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Quer dizer que a faca pegou... Então foi hemorragia externa também?



O SR. SILVANO RABELO – Exatamente. Hemorragia aguda externa. No laudo de exumação — porque o corpo foi exumado —, sim. Na segunda perícia, o médico legista foi taxativo: a artéria carótida e a veia jugular, bem como a traquéia, foram seccionadas por instrumento cortante.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Esse instrumento nunca foi encontrado?

O SR. SILVANO RABELO – Nunca foi encontrado. Nem consta que o coração da vítima foi transfixado.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Foi transfixado também por esse instrumento?

O SR. SILVANO RABELO – Por instrumento perfurocortante, possivelmente uma lâmina de faca.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eu acho importante até — infelizmente são detalhes mórbidos — constatarmos a possibilidade, no contexto, de haver uma armação no sentido de incriminar pessoas diferentes daquelas que seriam verdadeiras autoras do delito. Porque aí, o agravamento de qualquer questão referente ao delito fica pior.

O SR. SILVANO RABELO – V.Exa. me permite uma observação?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Pois não.

O SR. SILVANO RABELO – Eu não gostaria de mencionar o nome da pessoa, mas tem uma testemunha de acusação que levou os três agricultores ao Tribunal de Júri. Na delegacia, essa testemunha de acusação, que é testemunha chave, ela deu um depoimento. Na instrução criminal, deu outro depoimento. Em plenário do Tribunal do Júri deu outro. Quando de sua oitiva, essa testemunha



conseguiu, milagrosamente, barrar e fazer retroagir a marcha inexorável do tempo. Vou dizer por quê. Ela diz que assistiu aos três colonos, presenciou os três colonos estuprando e assassinando a vítima, à 1h30 da madrugada, e diz que chegou à sua residência à 1h15. Por isso eu digo: ela conseguiu retroagir a marcha inexorável do tempo. Se ela presenciou o crime à 1h30 da madrugada, como se explica ter chegado a casa à 1h15?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – É. Há alguns senões esquisitos. Agora um crime com essas peculiaridades, eu fico pensando: alguém fez alguma argüição de brutalidade por parte do delegado anterior?

O SR. SILVANO RABELO – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Ninguém fez a argüição de brutalidade?

O SR. SILVANO RABELO – Não. Agora, houve uma inversão de papéis entre a Polícia Judiciária e a Polícia Civil. E alguns integrantes da Corporação Policial Militar da cidade é quem tomavam a iniciativa de levar testemunhas à delegacia. Por exemplo, uma das testemunhas de acusação foi levada à delegacia por um graduado da Polícia Militar, dizendo que presenciou o crime porque estaria jogando futebol na quadra de esportes próxima ao local onde o corpo da vítima foi encontrado. Ora, a quadra, na época, não era iluminada. Ninguém, numa cidade como Sena Madureira, vai jogar futebol de madrugada, até porque a cidade se recolhe cedo para dormir.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Sem ser iluminada, deve ter poucos que jogam futebol de madrugada?



O SR. SILVANO RABELO – É brincadeira! Jogar de madrugada numa cidade como Sena Madureira, numa quadra totalmente escura? Porque a noite de 21 de maio de 1999 era uma noite muito escura, segundo as dezenas de depoimentos constantes dos autos. E aí, essa testemunha, inclusive chegou a ser presa pelo crime de falso testemunho, por conta de outros absurdos que foram ditos em seu depoimento. E, aí, no final, ela findou dizendo que só deu aquele depoimento porque teria sido pressionada pelo policial militar e por um escrivão da Polícia Civil a dar aquele depoimento. Teria sido pressionada.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eu vejo aí as razões que no Júri houve negativa de autoria. Mas eu gostaria de saber mais uma coisa: o delegado, geralmente em cidades do interior, tem uma relação muito próxima com o Prefeito. Isso acontece em alguns lugares do interior do Acre?

O SR. SILVANO RABELO – Eu acredito que no Acre não deva ser diferente. Agora, eu gostaria também de fazer uma colocação. O delegado da época era delegado de uma cidade chamada Manoel Urbano e também trabalhava como delegado da cidade de Sena Madureira. Então, ficava muito difícil para ele fazer uma investigação minuciosa, porque respondia por dois Municípios.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Então ele ficava mais na mão daqueles policiais militares que atuavam em Sena Madureira, é isso?

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente. E de alguns policiais civis também, porque a cidade onde o delegado residia, e ainda reside, é Manoel Urbano, cidade de difícil acesso. Então, era muito difícil para o delegado acompanhar passo a passo todo o andamento da investigação, em razão de que ele é delegado titular de



Manoel Urbano e não de Sena Madureira. E ele estava lá apenas suprimindo uma lacuna.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eu ouvi agora o senhor declarando as ameaças de mortes covardes dirigidas à sua casa e perseguições. Por que, num momento desse? Que eu saiba não tem nem indiciados ainda o procedimento.

O SR. SILVANO RABELO – Tem indiciados.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Ah, já tem indiciados?

O SR. SILVANO RABELO – Tem indiciados.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Então já é público? Ou corre em segredo de Justiça?

O SR. SILVANO RABELO – Não. A sociedade ainda não tomou conhecimento de quem são os indiciados.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Não vem ao caso, mas essas ameaças de morte foram depois de fazerem os indiciamentos ou antes?

O SR. SILVANO RABELO – Não. Foram antes.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Foram antes de fazerem os indiciamentos?

O SR. SILVANO RABELO – Essas ameaças aconteceram bem antes dos indiciamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – V.Exa. dispõe de mais três minutos.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Pois não, Sr. Presidente. Vou tentar deter-me totalmente no tempo. É isso que acho interessante: por que a investigação anterior não sofreu pressão e a investigação posterior sofria pressão? A impressão



que dá... Eu gostei até de certa forma do Davi, porque ele chegou aqui e disse: “Olha, eu não devo nada para a Justiça, então, eu não estou fazendo negócio, não estou fazendo nada disso. Eu estou aqui para dizer a verdade, compreendeu?” Na verdade, o Davi teria até mais razões para negar um encontro com o Deputado José Aleksandro, porque o ex-chefe dele e o irmão são amigos, pelo que ouvi do Deputado José Aleksandro, e coisas assim. Eu não... Eu não tenho... Isso foram palavras dele. Ele mesmo disse. Segundo ele, o irmão do José Alves foi quem o levou até sua casa. Então, ninguém vai levar uma pessoa à casa de alguém que não conheça. Ele disse que o fato aconteceu, que o irmão — até o nome dele é gozado... é um apelido... Narras ou coisa assim — seria o irmão do J. Alves e que seria quem o acompanhou até a casa do Deputado, onde foi então feita aquela solicitação. Mas eu não quero chegar a esse ponto. Só gostaria de fazer uma última pergunta. Se alguém tenta atrapalhar uma investigação ou botar sob suspeita a principal autoridade investigadora, faz isso com que intuito?

O SR. SILVANO RABELO – Com certeza, com o intuito de inviabilizar as investigações. E eu gostaria de fazer uma colocação aqui que eu acho pertinente: no momento em que eu fui designado para essa investigação, eu recebi o esclarecimento da Secretaria de Segurança Pública do Acre de que o juiz que requisitou a investigação exigia que o presidente do inquérito não fosse nenhuma das pessoas envolvidas na primeira investigação. Ora, por conta da primeira investigação, havia acusações mútuas de dois blocos políticos antagônicos. A primeira colocação que fiz para o Secretário de Segurança foi a seguinte: “Não tenho nada contra as pessoas que são envolvidas em política — vivemos num regime democrático, e isso é salutar, mas não sou e nunca fui filiado a partido



político e declarei isso textualmente, doa a quem doer. Meu objetivo é apurar a verdade real. Sei que vou desagradar alguém, mas não estou preocupado com isso". E a partir do momento em que eu iniciei as investigações e que comecei a investigar pessoas que, até então, sequer tinham sido oitivadas, sequer haviam sido feitas quaisquer perguntas sobre o possível envolvimento delas nesse crime, começaram a sair notinhas em jornais dizendo que eu estava conduzindo uma investigação apressada, dizendo que eu estaria sendo direcionado para atender interesses políticos de determinados grupos. Quer dizer: o que eu percebi é que um grupo de pessoas poderia ser investigado, mas, na concepção de algumas pessoas, o outro não poderia. Ora, estou investigando todo mundo que é tido como suspeito. Agora, se vai desagradar a um segmento político A ou B, a mim não interessa. Sou autoridade policial. Meu compromisso é com a investigação policial. E é por isso que estou desagradando a muita gente e sendo alvo de críticas, inclusive de notinhas maliciosas de jornais.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – A última pergunta. Só quero dizer que a testemunha falou mais do que eu, então estou dentro do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Todos queremos ouvir mais a testemunha do que V.Exa.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tenho certeza disso. O que é ótimo sinal de que as perguntas atingiram o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Claro.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Mas eu gostaria, para uma última pergunta: eu ouvi o senhor dizendo... Foi o Deputado que disse que o senhor estava com número excessivo de policiais investigando o caso?



O SR. SILVANO RABELO – Eu não lembro precisamente o número, mas, no domingo passado, eu ouvi o Deputado perguntando por que o Delegado Silvano não prendia as pessoas que o estariam seguindo. Ele dá um número excessivo de viaturas e policiais. E eu gostaria de mais uma vez dizer que trabalho com duas viaturas, um escrivão de polícia e apenas, no início, três agentes. Agora com dois.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – O senhor não sabe se havia uma ligação política entre o Deputado e o Prefeito, ou coisa parecida?

O SR. SILVANO RABELO – Salvo engano, os dois são do mesmo partido político.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – São do mesmo partido?

O SR. SILVANO RABELO – Eu não tenho certeza. Eu não tenho certeza, até porque não tenho acompanhado...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – São os dois desse movimento: o MDA o algo parecido?

O SR. SILVANO RABELO – Isso aí, com certeza, são. Com certeza. Eu não tenho certeza se o Deputado José Vieira e o Deputado José Aleksandro são do mesmo partido, agora que os dois pertencem ao MDA pertencem sim.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Está bom. Muito obrigado, Sr. Silvano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Com a palavra o nobre Deputado Lincoln Portela.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Uma das perguntas que vou fazer já foi feita e respondida pelo senhor. O próprio Deputado José Aleksandro já



perguntou se o senhor havia sofrido algum tipo de perseguição por parte do Deputado José Aleksandro e o senhor disse que não.

O SR. SILVANO RABELO – Não.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Então, fica dispensada essa pergunta. Vou fazer a mesma pergunta que fiz ao Sr. Davi. O senhor, como delegado, ciente do caso, sabe se o Sr. Davi tem algum antecedente criminal?

O SR. SILVANO RABELO – Ainda não carreei para os autos os seus antecedentes. Fiz a solicitação e estou aguardando a folha penal.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Então o senhor ainda não tem conhecimento se ele tem antecedentes?

O SR. SILVANO RABELO – V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Sim.

O SR. SILVANO RABELO – Nosso sistema lá é o seguinte: todas as anotações de indiciamentos criminais de quaisquer pessoas são feitas no prontuário civil. A autoridade policial, quando quer saber os antecedentes de uma pessoa, ela faz um documento chamado guia de identificação e solicita a um instituto de identificação a respectiva folha penal da pessoa investigada. Eu estou aguardando essa folha, exatamente para saber se ele já foi ou não indiciado criminalmente anteriormente.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Ainda me atendo a essa pergunta e colocando outras, o Sr. Davi está indiciado como suspeito desse crime há quanto tempo?



O SR. SILVANO RABELO – Na primeira fase, da qual eu não participei, ele foi investigado como suspeito e chegou a ser detido na delegacia de polícia. Nessa segunda fase, ele também está sendo investigado, assim como outras pessoas.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Já há quanto tempo?

O SR. SILVANO RABELO – Há mais ou menos cinco meses.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Não é estranho o fato de alguém que está sendo investigado há cinco meses, não se ter a ficha criminal dessa pessoa?

O SR. SILVANO RABELO – Eu não solicitei os antecedentes logo no início da investigação.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Mas não é de se estranhar o fato de que a pessoa está há cinco meses sendo investigada e ainda não se levantou a.....

O SR. SILVANO RABELO – É como eu disse para o senhor. Eu fiz a oitiva dele, numa determinada fase da investigação, e fiz a solicitação da sua respectiva folha penal. Acredito que essa folha já deva estar na delegacia onde eu trabalho

End/Marlúcia

HOME RA

O SR. SILVANO RABELO – Não, como disse ao senhor, fiz a oitiva dele, numa determinada fase da investigação, e fiz a solicitação da sua respectiva folha penal. Acredito que essa folha já deve estar na delegacia onde trabalho. Agora, de antemão, gostaria de lhe informar o seguinte: existe um sistema chamado INFORSEG, criado pelo Ministério da Justiça, ao qual fiz uma consulta prévia. Afora a primeira investigação não há registro.



O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Existe alguma ligação do crime dessa moça com o Deputado José Aleksandro? Há alguma ligação?

O SR. SILVANO RABELO – Não tenho qualquer conhecimento.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – V.Sa. acharia natural o Deputado José Aleksandro, como Parlamentar, na sua maneira de ver, sob sua ótica, como homem que conhece de leis, não seria natural, caso tivesse acontecido o questionamento do Deputado José Aleksandro em relação ao Sr. Davi ter sido pressionado por um delegado, seja ele, V.Sa. ou um delegado qualquer, ele, como Deputado Federal, no exercício do seu mandato, não poderia, caso tivesse acontecido o que o Deputado nega, não seria natural que S.Exa., como Deputado, como Parlamentar, quisesse escutar alguém que talvez alguém dissesse que tivesse sido pressionado e, ainda, também como homem de imprensa — eu sou homem de imprensa e, como homem de imprensa, eu também tenho a liberdade, pois estou num País democrático também, de perguntar a uma testemunha se o delegado fez ou não pressão a essa testemunha.

O SR. SILVANO RABELO – Entendo que a pergunta a uma pessoa que está sendo investigada, se foi pressionada, se foi torturada, ela é perfeitamente natural, não só um a Deputado como a qualquer pessoa do povo. O que não é natural é um Deputado tentar convencer essa pessoa a assinar uma declaração, dizendo que ela foi torturada quando ela não foi torturada. Isso não é natural. Estou fazendo essa observação, considerando a possibilidade de serem verdadeiras as declarações de Davi Camurça, considerando a possibilidade. Então, isso não seria natural, assim como não seria natural para qualquer homem de bem tentar convencer uma pessoa a assinar uma declaração falsa.



O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Okay. Vou antecipar outra pergunta, porque percebemos a maneira um tanto quanto mais eloqüente de V.Sa. quando se referiu a esse caso, a esse questionamento, tanto com o Relator quanto com o Deputado José Aleksandro, porque V.Sa. começou muito bem suas palavras colocando o verbo no tempo certo, futuro do pretérito, sempre colocou no início: ele teria feito, teria dito. E V.Sa. disse a esta Casa, a este Conselho, que ficou indignado com a atitude do Sr. José Aleksandro, porque nesse momento V.Sa. já não usou o verbo teria, mas disse que ficou indignado com o posicionamento que o Deputado José Aleksandro — digo eu agora — teria feito, e V.Sa. como homem que conhece o Direito, mostrou-se indignado. V.Sa. não faz uma avaliação de que, até mesmo pela sua maneira um tanto quanto mais eloqüente de dizer, aparentemente até um pouco irritado, talvez até faça parte do seu temperamento colérico, que é natural — todos nós temos quatro temperamentos: o sangüíneo, o colérico, o fleumático e o melancólico ou, como alguns outros estudiosos queiram dizer. V.Sa. acha que não teria feito um juízo de valores em relação ao Deputado José Aleksandro, porque todos são inocentes até que se prove o contrário?

O SR. SILVANO RABELO – Eu gostaria de dizer o seguinte: V.Exa. deve estar lembrado que eu repeti, por algumas vezes, se verdadeiras as afirmações de Davi Camurça. Fiz essa ressalva várias vezes, se verdadeiras. Com relação a sua observação, aos tipos de temperamentos, eu diria que não estou irritado, é apenas, como V.Exa. acabou de dizer, uma forma eloqüente de fazer minhas argumentações, mas não é irritação, porque me considero suficientemente profissional para saber controlar minhas emoções, mesmo porque seria no mínimo indelicada a demonstração de qualquer atitude de irritação neste momento.



O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Quero fazer outras perguntas ainda. A ligação anônima que V.Sa. recebeu foi feita para o telefone da delegacia, para o seu celular ou para a sua casa?

O SR. SILVANO RABELO – Estava em Sena Madureira.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Na delegacia de Sena Madureira?

O SR. SILVANO RABELO – Não, essa ligação foi feita para o telefone do hotel, onde me encontro hospedado desde o início das investigações. Tenho recebido, inclusive, muitas outras ligações anônimas de pessoas da cidade me dando informações sobre o assassinato de Luziene.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Esta pessoa, então, que sabia que o Deputado José Aleksandro... Foi simultâneo? Foi no mesmo momento em que o Davi estaria na casa de José Aleksandro? V.Sa. recebeu a ligação no mesmo momento? Foi simultâneo?

O SR. SILVANO RABELO – Não, não, foi posteriormente.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – O que foi posteriormente? Quanto tempo?

O SR. SILVANO RABELO – Não me lembro exatamente quantos dias, mas foram alguns dias depois.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Ah! Foram alguns dias.

O SR. SILVANO RABELO – Alguns dias depois, sim. Gostaria de frisar o seguinte: estou desde o início das investigações num determinado hotel em Sena Madureira. O telefone desse hotel é conhecido pela população de Sena Madureira, e recebi não só essa ligação anônima, como já recebi outras, inclusive me dando



Data: 28/05/02

pistas sobre possíveis assassinos da vítima Luziene Queiroz de Moraes. Portanto, esse telefone é conhecido.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - V.Sa. disse também que recebeu ameaças de morte, em sua casa ou na delegacia?

O SR. SILVANO RABELO – Esses telefonemas foram feitos para minha residência.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - V.Sa. não tem bina em sua residência?

O SR. SILVANO RABELO – Não, não tenho, até porque não me preocupo com esse tipo de ameaça, porque quem tem coragem não faz ameaça de forma anônima. Diz na presença da pessoa que ele quer ameaçar.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Ainda em relação ao crime, inclusive nem gostaria de me deter muito em relação ao crime. É até bom nos aprofundarmos, não é o crime que estamos vendo aqui, mas é bom nos aprofundarmos, não custa. V.Sa. disse que não via nenhuma ligação política com esse crime, mas apenas um fato policial. E agora, no encerramento do seu depoimento ao Deputado Moroni Torgan, V.Sa. disse que havia blocos políticos antagônicos interessados ou envolvidos nesse crime. Fiquei sem entender. Gostaria, por favor...

O SR. SILVANO RABELO – Sim. Posso explicar perfeitamente. Luziene foi estuprada, sodomizada, torturada antes de ser assassinada. Francamente, pelo que investiguei até agora, não consigo imaginar que qualquer político daquela região tenha mandado alguém fazer aquilo. É descabido. Agora, a partir do momento em que a imprensa começou a levar ao conhecimento da opinião pública, na primeira



fase da investigação, os nomes de possíveis suspeitos, aí percebi que blocos políticos começaram a se digladiar com relação a esses possíveis suspeitos. Acredito que está bem esclarecido.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – A pergunta em relação ao crime: Quem nomeou os peritos? Quem indicou os peritos?

O SR. SILVANO RABELO – Na primeira fase da investigação, foi o delegado da cidade vizinha, que também respondia pela cidade de Sena Madureira.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - V.Sa., que está à frente dessas investigações, está colhendo também informações desses peritos sobre o comportamento deles, informações do hospital sobre a maneira como lavaram o corpo, o porquê de terem lavado o corpo? Isso está sendo investigado?

O SR. SILVANO RABELO – Isso está sendo investigado, com certeza.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Para concluir, eu gostaria apenas, porque não entendi, e fica agora uma pergunta: V.Sa. disse ao Deputado José Aleksandro que V.Sa. imagina que talvez ele pense que, quem conversou sobre o caso de Davi, teria sido o advogado de Davi. Não fica um pouco, para diante de um conselho de ética, na Câmara dos Deputados, um tanto quanto especulativo tentar imaginar pensamentos do Deputado em questão?

O DR. SILVANO RABELO – Se V.Ex.a. me permite, com relação a especulações, aqui foram feitas várias além dessas. Como eu disse, eu apenas levantei uma hipótese e disse que assumia essa hipótese. Não considero essa uma atitude antiética, se o V.Ex.a. me permite.



Data: 28/05/02

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Claro. Mas concluindo só, ninguém aqui especulou pensamento nem tentou ler pensamento de ninguém. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – A Presidência concede a palavra ao Deputado Waldir Pires.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Dr. Silvano, V.Sa. sabe que nós aqui não temos nenhuma competência no campo nem das suas atribuições, nem mesmo das atribuições judiciais. Sobre esse crime hediondo, nossa posição aqui é simplesmente em face de uma representação sobre a posição ética do Deputado José Aleksandro. Eu gostaria de perguntar a V.Exa. o seguinte: o Deputado José Aleksandro nos informou que, durante toda a fase inicial do processo do crime de Luziene, que foi um crime hediondo, que ele, que detém um programa de televisão, não fez nenhum comentário. Nunca fez nenhum comentário a respeito. Nós sabemos a estrutura política dos nossos Estados e sabemos também a estrutura política do Acre. Nós sabemos as condições — digamos assim — de dominações de toda a natureza política, sejam oligárquicas ou não. A que V.Sa. atribui o fato de que o Deputado José Aleksandro esteja dando tanto realce ao processo nessa fase, que é uma fase posterior ou a partir da fase posterior à absolvição dos três processados, pronunciados e depois absolvidos? Por quê? A seu juízo, qual é a interpretação que o V.Sa. faz disso?

O DR. SILVANO RABELO – O que se tem até o presente momento é a palavra da testemunha Davi Camurça contra a palavra do Exmo. Sr. Deputado José Aleksandro. Se verdadeiras — e aí mais uma vez eu faço a ressalva —, se verdadeiras as afirmações de Davi Camurça, considerando que o Deputado José



Aleksandro é um político, que outro motivo haveria senão interesse político? Mas isso é apenas uma hipótese, porque, como eu disse, nós temos apenas, até o presente momento, a palavra da testemunha Davi Camurça contra a palavra do Exmo. Sr. Deputado José Aleksandro. E o que eu tenho de conhecimento com relação a isso foi por conta das próprias informações que me foram trazidas por Davi Camurça e da cópia do depoimento por ele prestado no Ministério Público Estadual do Estado do Acre.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – A posição — digamos assim — da política do Município de Sena Madureira é uma condição fechada, uma política fechada, estruturada. Ela é uma situação — digamos — de dominação de longo tempo. É uma oligarquia que domina. É uma dominação política quase que completa. Isso o próprio... não chamando de oligarquia, mas o próprio Deputado José Aleksandro nos disse que tem uma maioria absoluta, que os quadros políticos são absolutamente majoritários na Câmara de Vereadores, com Prefeito, etc. e autoridades. Portanto, é um quadro típico que conhecemos naquilo que sabemos identificar como Municípios de dominação inequívoca. Existem suspeitos que V.Sa. esteja investigando que tenham relações, seja de parentesco, sejam políticas com a realidade da dominação política local?

O DR. SILVANO RABELO – Eu não gostaria de dizer o nome das pessoas suspeitas...

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Não, não quero que V.Sa...

O DR. SILVANO RABELO – ... mas, sem dúvida nenhuma, algumas das pessoas investigadas têm relações com políticos de Sena Madureira, sim. Outras pessoas não possuem qualquer tipo de ligação.



O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Muito bem. V.Sa. nos disse que o próprio Ministério Público. Aliás, não foi V.Sa. Nós já ouvimos outras informações de que o próprio Ministério Público que pediu a absolvição dos pronunciados anteriormente. Pediu a absolvição. Essa absolvição foi, no tribunal de júri, concedida. Ela foi concedida por unanimidade ou foi concedida por maioria? V.Sa. tem idéia?

O DR. SILVANO RABELO – Eu não tenho certeza, mas, salvo engano, a absolvição foi por unanimidade. Não tenho muita certeza disso.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – V.Sa. também nos informou que provavelmente, na perícia, no corpo da Luziene, teria havido — digamos assim — fatos absolutamente inimagináveis de ocorrer de inépcia ou de comprometimento mesmo. Esses peritos eram funcionários?

O DR. SILVANO RABELO – Eu gostaria de fazer uma ressalva. Eu já disse isso anteriormente e vou apenas frisar. Não quero aqui colocar sob suspeição o questionar a idoneidade dos peritos.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Também não.

O DR. SILVANO RABELO – Eu não sei o verdadeiro estado em que eles encontraram o cadáver. Eu só posso lhe dizer que, com certeza, o local, onde o corpo foi encontrado foi adulterado, antes da perícia ser realizada, porque tenho um laudo pericial, onde isso é ressaltado com muita veemência. Então, a ineficiência do laudo pode ter sido ocasionada por conta da adulteração de vestígios, tanto no local, onde o corpo foi encontrado, como de adulterações de vestígios existentes no próprio corpo da vítima. Portanto, seria precipitado da minha parte, nessa fase da



investigação, levantar qualquer tipo de suspeita com relação aos peritos nomeados que executaram a perícia na época do crime.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Mas eu indagaria de V.Sa. o seguinte: esse laudo não menciona essas ineficiências e essas omissões que são assim tão ostensivas e tão prejudiciais para conhecimento da verdade?

O DR. SILVANO RABELO – O laudo pericial de constatação do local, onde foi encontrado o corpo da vítima, diz que o local foi adulterado, sim. Não foi preservado. O laudo de conjunção carnal bem como o cadavérico não são específicos nesse sentido.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – E o corpo da Luziene que foi conduzido a um hospital e aí teria sido lavado? Que servidores foram esses?

O DR. SILVANO RABELO – Essas pessoas ainda estão sendo investigadas.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Bom, eu desejaria realmente..., porque aqui parece a V.Sa. ... por que o Deputado José Aleksandro tornou-se — digamos assim — a seu juízo... Nós estamos aqui fazendo uma apreciação de procedimento, de comportamento, de averiguação. Esse é o nosso dever. Nós não pudemos aqui decidir nada do processo em si, na investigação.

Mas por que o Deputado José Aleksandro se teria tornado assim tão interessado no processo do crime da vítima de Luziene depois da absolvição, a ponto de, segundo e for verdade o depoimento do Davi Camurça, ele ter pedido essa conversa com o Davi Camurça. E, além de pedir a conversa, ter pedido que o Davi Camurça informasse que tivesse sido — digamos — vítima de tortura mental, tortura psicológica.



O SR. SILVANO RABELO – Eu não disponho de elementos que possam consubstanciar eventual interesse do Deputado José Aleksandro nesse caso. Sinceramente, eu não disponho de elementos.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Muito bem. É só o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Dr. Silvano, eu queria só um esclarecimento. Nós temos procurado ver aqui um pouquinho o viés político porque esse é o marco. Quando eu fiz duas perguntas a V.Sa. , uma delas foi exatamente sobre a conotação política que depois, no decorrer das respostas que V.Sa. ofereceu, V.Sa. disse textualmente, respondendo ao Deputado Moroni Torgan, que, dos eventos dos grupos políticos, V.Sa. usou essas palavras “dois grupos políticos”. Que dois grupos são esses, em linhas gerais, para entendermos? Eu vou explicar a V.Sa., ao longo de toda essa instrução que é alongada e se delinea no juízo de todos os Parlamentares aqui, que há no Acre um clima de animosidade, — digamos —, de maneira suave, um pouquinho mais aquecida do que inúmeras outras unidades da Federação. Quer dizer, que dois blocos são esses que se digladiam e basicamente, em torno de que, se for possível responder.

O SR. SILVANO RABELO – Pois não. Na primeira fase das investigações, investigações essas que levaram ao tribunal do júri três moradores de Sena Madureira, eu li algumas matérias nos jornais de Rio Branco, onde apareciam posicionamentos altamente conflitantes de políticos ligados a esses dois blocos. Um bloco denomina-se MDA e o outro Frente Popular. Essas afirmações que eu estou fazendo são com base em algumas matérias que eu li no jornais da capital, mesmo porque eu não participei da primeira fase da investigação. Então, essa convicção é



formada por conta do que eu li na imprensa, por conta de declarações de políticos ligados aos dois blocos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Nós estaríamos dizendo alguma incorreção, se identificássemos mais ou menos assim. MDA é oposição e Frente Popular é o governo, é mais ou menos isso?

O SR. SILVANO RABELO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Só uma pergunta geográfica: a jurisdição de Sena Madureira, de que tamanho é? Porque nós não temos idéia. Sei que as distâncias no Acre são grandes. Qual é o universo que V.Sa. tem — vamos dizer — para analisar a população. Um dadozinho.

O SR. SILVANO RABELO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Porque nós ainda não acertamos a medição exata da funda de Davi. Então queria saber em metros, mais ou menos, como é isso. *(Risos.)*

O SR. SILVANO RABELO – O espaço geográfico do Município de Sena Madureira é muito grande, mas a cidade em si é pequena. É muito pequena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Quantos habitantes mais ou menos? Isso podemos saber exato no IBGE, mas só para nos ajudar aqui. Só para termos uma idéia de quão pequeno é.

O SR. SILVANO RABELO – Eu acredito que, considerando-se a população da cidade com a população do interior, chegaria a cerca de 35 mil habitantes, por aí assim. Eu não tenho certeza, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Sim, aproximação.

O SR. SILVANO RABELO – É um dado aproximado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Não é regimental, mas se V.Exa. quiserem complementar brevemente, porque ainda temos uma testemunha.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Por intermédio de V.Exa. mesmo, indago do Dr. Silvano, no âmbito municipal, o que é o governo lá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Hoje o Governo Municipal de Sena Madureira, na época desses eventos, era a Frente Popular ou o MDA?

O SR. SILVANO RABELO – Não, é ligado ao MDA.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Hoje também?

O SR. SILVANO RABELO – Também.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – E há muito tempo também?

O SR. SILVANO RABELO – Eu não tenho conhecimento de datas anteriores, mas, nos últimos oito anos, a administração é ligada ao MDA.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Obrigado a V.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Deputado Lincoln Portela.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, V.Exa. pediu para que lhe desse o tamanho da população e dimensão da cidade, mas, por favor, seria bom se ele pudesse esclarecer a jurisdição da delegacia dele, quantas cidades cobre e se cobre o Rio Branco e mais outras cidades também. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – V.Sa. ouviu a pergunta.



O SR. SILVANO RABELO – Pois não. Eu sou titular em Rio Branco do grupo antiassalto da Polícia Civil. Nós temos competência circunscricional para apurarmos os delitos de roubo qualificados praticados em toda a cidade de Rio Branco, no Município de Porto Acre, no Município de Bujari, no Projeto de Assentamento denominado Humaitá e no Projeto de Assentamento denominado Caquetá.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, a sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Está chegando ao fim. Eu estou passando de colérico para melancólico...

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) –... usando a sua classificação. Mas tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Eu gostaria que V.Exa. permita que o seu fleumático flua. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Vá lá que seja.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – O depoente disse que parece que tinha poucos veículos e poucos homens à disposição dele. Eu não entendi isso. Então para todo esse tamanho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Eu ouvi bem a pergunta, eu ouvi.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – A V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – A testemunha afirmou que tem duas viaturas. Foi isso que ouvi.

O SR. SILVANO RABELO – Mas eu gostaria de fazer uma ressalva. Eu disponho de duas viaturas atualmente, um escrivão de polícia e dois agentes. No



Data: 28/05/02

início eram três agentes para a investigação do caso Luziene, em Sena Madureira. Para o grupo antiassalto da polícia Civil que cobre toda essa área circunscricional mencionada. Evidentemente eu tenho um efetivo bem maior. Pequeno, sim, mas um efetivo bem maior.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – A Presidência agradece ao Dr. Silvano o seu depoimento. Sai daqui inclusive com absoluta convicção de que a Polícia do Acre está em boas mãos e deseja, do fundo do coração — esta Casa é uma casa, onde se preserva, sobretudo, os direitos humanos e a cidadania —, que V.Exa. tenha muito êxito na apuração daquilo que, no universo global de valo, é talvez mais importante até do que o objetivo da nossa investigação. Aqui se apura uma quebra de decoro e lá se apura um homicídio com todas as características de todos as agravantes possíveis e imagináveis. Então, eu agradeço. Farei constar isso nos assentamentos de V.Sa. e de seus superiores e, com nossos agradecimentos, V.Sa. está dispensado.

O SR. SILVANO RABELO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Aguarde ainda um segundo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Eu queria... essas três pessoas que foram acusadas no tribunal de júri são três rurículas, trabalhadores do campo, trabalhadores rurais...

O SR. SILVANO RABELO – É o seguinte: um desses, o qual é conhecido como Ozia, trabalha numa pequena colônia em um rio denominado Macauã.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Mas é trabalhador rural.



O SR. SILVANO RABELO – É trabalhador rural.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E os outros dois?

O SR. SILVANO RABELO – O segundo, que é conhecido como Ernandes, ele também auxilia o pai numa colônia nessa área, mas, eventualmente, trabalha na cidade de Sena Madureira como trabalhador braçal em uma serraria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E o terceiro?

O SR. SILVANO RABELO – O terceiro também auxilia o pai na colônia e eventualmente vem a Sena Madureira, onde exerce o papel de trabalhador braçal. Eu não sei se é numa serraria, se é olaria, não sei especificamente qual a atividade. Mas o fato é que os três são trabalhadores braçais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Consta que eles estão presos?

O SR. SILVANO RABELO – Um deles, um dos que foi acusado na primeira fase da investigação está preso na cidade de Sena Madureira sob a acusação de furto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E os outros dois não?

O SR. SILVANO RABELO – Dos outros dois, um está trabalhando no momento em Sena Madureira numa serraria e o outro continua trabalhando em sua colônia no Rio Macauã.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Em algum momento, ao que saiba V.Sa., esses três ou os três se afirmaram inocentes em seus interrogatórios? Porque foram interrogados pelo o menos três vezes, não é? Uma na Polícia, uma na fase preliminar e outra em plenário.



O SR. SILVANO RABELO - Exatamente. Tanto na fase pré-processual. Na fase inquisitória, não é? Eles negaram qualquer participação nesse crime, negaram durante toda a instrução criminal e negaram também quando do julgamento no tribunal do júri.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - A testemunha está dispensada. Solicito à secretaria que introduza no recinto o Sr. Domingos Martins da Silva Filho. *(Pausa.)* A Presidência vai suspender a sessão por cinco minutos. Trata-se de uma pausa técnica.

(Sessão suspensa.)

END RA

INÍCIO LUCI

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Declaro reaberta a sessão.

Ouviremos, agora, o Sr. Domingos Martins da Silva Filho.

Sr. Domingos, esclareço que o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados está reunido porque a Mesa da Casa fez representação contra o Deputado José Aleksandro. Nosso objetivo é apurar se S.Exa. agiu ou não em conformidade com as regras que devem nortear a conduta de um Deputado.

Ao vir depor, o senhor presta serviço público. Portanto, tem todas as garantias da Casa. Peço que responda o que souber do que lhe for perguntado. O que não souber, basta dizer “não sei”. Sinta-se completamente à vontade. Se não entender o que lhe for indagado, pergunte dez vezes, até que fique bem claro. É absolutamente normal que isso aconteça. As pessoas não estão acostumadas com esse



procedimento na Câmara e, às vezes, se sentem — principalmente no começo — um pouco inibidas. O senhor não precisa se sentir assim.

O fato principal decorreu, na representação da Câmara dos Deputados, de uma eventual ida do Sr. Camurça, na sua companhia — se assim foi — da casa dele até a casa do Deputado José Aleksandro.

O Relator, Deputado José Roberto Batochio, e os outros Deputados vão lhe fazer as perguntas adequadas.

Informo à Casa que a testemunha já prestou compromisso de dizer somente a verdade. Estou dizendo a verdade ao senhor, ao afirmar que nada tem a recear de ninguém.

Pergunto se o senhor quer fazer alguma consideração inicial sobre o que sabe ou se prefere ir respondendo às perguntas. Fica a seu critério.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Prefiro responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Apenas uma pergunta: qual é o apelido do senhor? É Bá?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Barna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Barna — “B-A-R-N-A”. Até hoje, não havia ficado claro. A partir de hoje, fica.

Sr. Barna, o Deputado José Roberto Batochio, nosso Relator, vai-lhe fazer as perguntas que julgar conveniente. Apenas faço questão de enfatizar que, se não entender a pergunta, é só dizer e ela será feita de várias outras formas. O que interessa é que tenhamos a verdade dos fatos.

O nome verdadeiro dele é Domingos Martins da Silva Filho.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Sr. Domingos, o senhor pode ficar à vontade para responder a todas as indagações que lhe forem feitas, uma vez que aqui ninguém tem nenhuma intenção de prejudicar ou de fazer armadilhas para quem quer que seja.

O que queremos é apurar uma conduta que se atribui ao Deputado José Aleksandro, de ter pressionado o Davi Camurça Cunha a prestar declaração no sentido de que teria sofrido pressões intensas por parte do Dr. Delegado de Polícia, consideradas até o limite de tortura psicológica.

O que lhe vou perguntar é muito objetivo; peço ao senhor que me responda diretamente. Um dia, o senhor foi à casa ou ao local onde se encontrava o Sr. Davi Camurça Cunha, dirigindo ou no interior de um veículo branco Fiesta, placa de Brasília?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Nunca.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – De quem é o veículo branco Fiesta, placa de Brasília? O senhor conhece?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Não sei de quem é.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Já viu um veículo assim?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Nunca viu. O Sr. Davi disse que o senhor passou no local onde ele se encontrava ou na casa dele e disse: “Olha, o Deputado José Aleksandro quer falar consigo”. E o senhor estava dirigindo esse veículo branco, juntamente com o Marquinho. O senhor conhece o Marquinho?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.



Data: 28/05/02

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não conhece ninguém chamado Marquinho? Não? O Davi disse que o senhor disse a ele: “Olha, o Deputado José Aleksandro quer falar consigo”. O senhor portava um rádio comunicador...

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – ... E, por esse rádio comunicador, alguém falou: “Já encontrou o homem”? Aí, você teria dito: “Sim. Ele foi encontrado, está aqui. Já estamos levando ele aí”. Aconteceu isso?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, porque eu não fui à casa dele.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Em alguma data, em algum momento, o senhor levou o Davi Camurça à casa do Deputado José Aleksandro, em Rio Branco?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Sabe onde mora o Deputado José Aleksandro?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Sei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Como é a entrada da casa dele?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – A casa dele tem dois portões. Sempre quando vou lá, vou com o Deputado e a Prefeita. Trabalho com o Deputado José Vieira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Com o Deputado José Vieira. Certo. É uma casa térrea, sobradada, como é?



O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Ela é alta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Quantos andares?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Acho que dois pisos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Dois pisos. O escritório do Deputado José Aleksandro, naquela residência, fica onde? Em baixo, em cima, no meio? Qual piso?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não sei. Sempre vou até à sala dele, fico lá esperando o Deputado e saio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Nunca subiu?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O senhor conhece este lugar aqui, retratado nestas fotos?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não conhece?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não conheço.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O senhor ficou sabendo da morte de Luziene, lá em Sena Madureira?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Sim, eu moro em Sena.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O senhor mora em Sena Madureira? Quem são aqueles três rapazes que foram julgados e absolvidos, acusados de a terem matado?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Olha, eu só os conheci pelos jornais.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não conhecia pessoalmente?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, nunca cheguei a conversar com eles.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Conhece o filho da Prefeita de Sena Madureira?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Conheço, porque trabalho com o pai dele.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Que idade tem esse rapaz?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Ele tem dezenove anos; fez agora, dia 21 de maio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Na época em que Luziene morreu, em 1999, ele tinha dezessete anos?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Tinha dezesseis anos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Pelo que o senhor sabe, ele tinha alguma ligação com Luziene — era namorado dela, amigo?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Não. Não tinha nenhuma ligação com a Luziene.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Como o senhor sabe disso?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Porque eu sempre conversei com ele. Ele nunca me falou isso.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O senhor nunca o viu conversando com Luziene?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O senhor a conhecia?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Conhecia quando era pequena.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Que idade ela tinha quando foi assassinada?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Está nos jornais que ela tinha dezessete anos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Não era menos?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Não sei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O senhor a conheceu só pelos jornais ou a conhecia antes?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Eu a conheci... A mãe dela trabalhava com meu irmão, na campanha para Vereador. Ela sempre ia à casa do meu irmão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Ela costumava freqüentar festas à noite, andava sozinha pelas ruas de Sena Madureira?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Não sei. Não posso lhe dizer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Quer dizer que o senhor jamais, em tempo algum, foi à casa do Deputado José Aleksandro na companhia do Sr. Davi Camurça?



O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Não. Fui com o Deputado José Vieira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O Davi Camurça não estava?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O senhor ficou sabendo que esses três rapazes que foram acusados são trabalhadores rurais?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Sim, eles moram na colônia, que fica mais ou menos na cidade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O senhor conheceu o policial militar que os acusou de serem os autores do crime? Havia um policial militar que os acusou, não foi?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Não sei. Não posso afirmar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O senhor soube se o Deputado José Aleksandro solicitou ao Davi Camurça que ele desse uma declaração ao Deputado José Aleksandro, dizendo que sofreu violências psicológicas por parte do Delegado?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Também não sei. Não posso lhe informar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O senhor foi depor na delegacia sobre a morte da Luziene?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Nunca foi chamado?



O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Fui chamado no cartório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - No fórum?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Sim, fizeram uma acareação lá comigo. Só isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Acareação entre o senhor e quem?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Entre mim e os acusados que estavam lá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Os três?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Sim, os três. Tinha mais quatro pessoas também, e o juiz.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O que eles perguntaram para o senhor nessa acareação?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Eles perguntaram o que eu estava fazendo. Respondi que estava em Rio Branco. Falei a eles o que eu estava fazendo: estava em Rio Branco, trabalhando.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - No dia em que ela morreu?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - No dia em que ela morreu, eu estava em Rio Branco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E eles diziam que tinham visto o senhor em Sena Madureira? Foi por isso que houve a acareação?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Não. Até o momento, não. Depois é que começaram com essa conversa lá.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Que conversa?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Diziam que tinham visto um carro vermelho. O pessoal inventou essa conversa lá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Agora, a polícia está investigando o senhor?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Está. Me chamaram lá no hotel. O Dr. Silvano me chamou no hotel, foi lá falar comigo. É por isso que eu só ia depor em juízo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O senhor foi sozinho ou com o seu advogado?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Fui com o Dr. Roberto Duarte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Bem, Sr. Presidente, em face da negativa total sobre os fatos, eu vou encerrar a minha participação, mas deixo alvitrada, desde já, a acareação entre ele e o Davi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Sr. Domingos, o senhor declarou que era motorista de quem?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Do Deputado José Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Há quantos anos?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Tem uns cinco anos que eu trabalho com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Em 1999, o senhor se lembra qual era o carro do Deputado José Vieira?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Uma S-10.



Data: 28/05/02

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Alguém da família do Deputado José Vieira tinha um Fiesta branco?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Quanto ao Deputado José Aleksandro, o senhor já disse que não tinha contato maior com ele.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Somente para consignar melhor o que já foi declarado: a casa do Deputado José Aleksandro tem três pisos — um térreo e mais dois andares —, é isso?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - E o senhor jamais subiu?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Ia lá, ficava no térreo, só isso.

Concedo a palavra, nos termos regimentais, ao Deputado representado, José Aleksandro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Eu quero fazer três perguntas à testemunha.

Antes de fazer essas três perguntas, quero fazer uma breve consideração sobre esse assunto. Eu conheço o Barna, e disse isso quando do meu depoimento. O conhecimento que tenho com ele é ele dentro do carro do Deputado José Vieira ou, então, muitas vezes chegando na minha casa, na hora do almoço.



Ele já entrou na minha casa, na sala de estar e na sala de almoço. Almoçou algumas vezes. Quando não almoçou na sala, com o Deputado José Vieira e alguns Vereadores, passava pela sala e almoçou na mesa da cozinha, algumas vezes. Nunca subiu, realmente, as escadas da minha casa. Quero deixar essa consideração feita, dadas as afirmações dele.

Vou fazer três perguntas: alguma vez você foi na minha casa com qualquer outra pessoa, de Sena Madureira ou de qualquer outro lugar, que não fosse o Deputado José Vieira ou a Prefeita Nair Vieira?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - – Só fui com o Deputado e a Prefeita.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Ninguém mais de Sena Madureira ou outras pessoas que você foi levar à minha casa, para falar comigo?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – O seu conhecimento desse rapaz, Davi, dá-se de onde?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Ele trabalhou com o meu irmão em Sena Madureira. Ele tocava na banda do meu irmão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Ele trabalhou muito tempo com o seu irmão?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Ele ficou um ano tocando com o meu irmão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Ele deixou de trabalhar com o seu irmão faz quanto tempo?



O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Deixou de trabalhar com o meu irmão desde a morte dessa menina.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Isso em 1999? De 1999 para cá, ele não trabalhou mais com o seu irmão?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Sr. Presidente, farei a mesma consideração do Relator, conforme pedi, no meu depoimento, que a acareação fosse feita não só entre o Barna e a testemunha Davi, mas também com o tal motorista.

Esclareço que não tenho nenhum motorista chamado Marquinhos. Meu motorista desde 1990, no Acre, chama-se Moisés.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Moroni Torgan, quero fazer um alerta.

O Sr. Relator e o Deputado José Aleksandro pediram uma acareação. Nós temos problemas objetivos. A testemunha estará sendo conduzida, pela polícia do Acre, daqui a uma hora. Se V.Exa. insiste, a acareação será feita sobre um ponto só. Não permitirei nenhum tipo de tergiversação. Trarei as testemunhas; façam as perguntas, esclareçam.

A Presidência indefere a convocação de novas testemunhas para acareação.

Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Domingos, tu trabalhas com o quê?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Sou motorista do Deputado José Vieira.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Há quanto tempo?



Data: 28/05/02

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Há cinco anos, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Há cinco anos? Então, deixe-me fazer uns cálculos: desde 97? É isso, mais ou menos? Nessa lida de motorista, tu também trabalhavas com a esposa dele?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, nunca trabalhei com ela.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Só trabalha com ele?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Mais com ele.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Uma coisa me chamou a atenção: por que o Davi, logo depois desse crime, deixou de trabalhar com o teu irmão?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Porque o irmão dele levou ele para a cidade dele, né? Ele mora na Capital.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – E por que razão aconteceu isso?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Ele não morava em Sena, ele morava na Capital. Ele ia, tocava com o irmão e voltava. E a família dele levou ele para a cidade dele, né?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Mas, então, não fez muita diferença. Porque, se ele morava na Capital e ia só tocar lá, qual é o problema de continuar tocando?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – A mulher dele teve medo de acontecer alguma coisa com ele lá em Sena.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – É? Quem faria alguma coisa contra ele?



O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não sei.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Não tem idéia disso?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tu, que trabalhas há muito tempo — o Davi, com o teu irmão; tu, com o Deputado —, alguma vez vocês saíram juntos?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Nunca saí junto com ele.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Nunca saiu junto com ele?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Nunca.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Nunca deu carona para ele?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Nunca.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Por quê? Tinha algum problema com ele, alguma coisa assim?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, porque eu ia trabalhar, saía de casa cedo, trabalhava e voltava para a minha casa.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Mas tem hora de folga, né?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu saio de madrugada de casa. Vou para a Capital e volto à noitinha.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Volta com o carro? Tu voltas de ônibus? Como é isso?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Volto com o carro, porque eu dirijo para o Deputado, né? Vou com ele e volto.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – É? Qual é o carro?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – S-10.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – S-10? Que cor é?



O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Vinho.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Vinho. É avermelhado, então.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Ele tinha uma vermelha e, agora, é uma vinho.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tinha uma vermelha e, agora, é uma vinho.

Por que disseram que viram um carro vermelho lá nas redondezas, quando o crime aconteceu?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não sei. Também estou atrás de saber ainda.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Devia estar, né? Porque, pelo que eu vejo, não deve ser uma cidade muito grande. Não deve ter muito carro assim, com essas características.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Tem vários carros vermelhos na cidade.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tem vários carros vermelhos na cidade.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Tem.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Mas uma das coisas que falam é justamente isto: que o teu carro vermelho andava por lá nessa época.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – É, mas eu estava na Capital nesse dia. Tenho como provar.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – É? Estava onde, na Capital?



O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Estava em Rio Branco, numa reunião do PFL. Saímos da reunião à meia-noite. Depois, eu dei uma saída, fui ao Maria Farinha com o Deputado. Depois, fui para o hotel dormir, porque a Prefeita estava no hotel, esperando por ele. Cheguei no hotel por volta de uma e meia da manhã.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Chegou no hotel por volta de uma e meia da manhã. Então, tu estavas lá. E a Prefeita estava lá também?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – A Prefeita estava no hotel, esperando. Ela fez um trabalho no dente dela, começou a doer, e ela foi dormir. Foi para o hotel.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Ah, ela não pôde dormir. E tu ficaste no mesmo hotel, hospedado.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Mesmo hotel.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Desta vez, tu não voltaste para Sena...

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Porque tu sempre dizes que ias e voltavas para Sena Madureira.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Sim. Dessa vez, a reunião foi à noite, e eu fiquei em Rio Branco com ele.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – É, mas tu disseste que voltava de noite e saía de madrugada.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Sim, mas não é todo dia.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Não, eu imaginei na semana ou coisa assim. Então, tu ficavas muitas vezes lá em Rio Branco.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – É, às vezes a gente dorme lá em Rio Branco.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – É?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – A gente vem e volta, aproveita e dorme em Rio Branco. Na vez que tem reunião, a gente fica em Rio Branco. Sempre tem alguma coisa para fazer.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Com o filho da Prefeita e do Deputado, tu saíste muitas vezes?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Com o filho dela? Sempre eu saio com ele.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Sempre sai. Sai só para levá-lo ou sai junto, como amigo, também?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Saio junto com ele, minha esposa, os outros amigos dele.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tua esposa mora onde?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Mora em Sena.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Desde quando tu és casado?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu? Tem uns sete anos que sou casado.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Há sete anos és casado. E saem tu e a esposa com o menino?



O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Ele era menor e saía comigo acompanhado, né? O pai dele pedia para sair, a gente saía.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – E qual era o tipo de programa?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Dava uma volta na praça e, depois, voltava para casa. O programa que tem lá é esse.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Dava uma volta na praça e voltava para casa.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – É, ficava na praça, conversando com os amigos.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – E, aí, tu ias junto com ele?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Deixava ele em casa; depois, ia para a minha casa.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Então, tu trabalhavas como segurança também, mais ou menos?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não. Não, não, não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tinha um segurança que trabalhava?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, nunca teve segurança na casa do Deputado.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Nunca teve segurança nenhum.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Nunca.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eu ouvi aqui o Deputado José Alex e tu mesmo dizerem que tu foste várias vezes à casa do Deputado.



O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Foi, com o Deputado José Vieira.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eles são muito amigos?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Bom, eles vão tratar de trabalho, né? De negócio. Eu fico esperando por ele.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Isso acontece rotineiramente.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Às vezes, quando tem alguma coisa para eles conversarem, alguma coisa para eles fazerem — reunião, alguma coisa —, ele vai na casa dele.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Ele nunca foi visitar como amigo?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – É? Tu sabes disso?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Quê?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tu sabes disso? Se ele foi visitar como amigo ou como uma coisa profissional?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, eu estou falando eu.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Não, eu estou dizendo o Deputado.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Ah, aí, eu não sei.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Ah, então, está bom.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu estou falando de mim.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tá bom, porque senão eu ia desconfiar que tu já és um secretário-executivo, que até pergunta: “Vai lá com que intuito?”

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu me enganei, tá?



Data: 28/05/02

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tu és um homem de confiança do Deputado. É isso?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Bom, eu sou motorista dele.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Então, eu quero saber se tu és um homem de confiança ou não é.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, eu estou dizendo que eu sou... Eu não sei, eu sou motorista dele. Eu faço meu serviço.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Ele confia a ti a vida do filho dele?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Ah, não sei.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Quando ele pede para tu levares, trazes ou coisa parecida.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Só vou fazer meu serviço, né? Meu trabalho.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tu tens medo de dizer que é homem de confiança dele hoje?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu, não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eu não vejo demérito nenhum em dizer que é homem de confiança.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Por que eu vou ter medo de falar isso?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Pois é, eu não sei por que tu estás assim...

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu, não.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – ... Medindo as palavras: “Eu sou motorista, eu sou motorista.”

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu sou motorista dele.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tu trabalhas há sete anos com ele. Ele deixa o carro dele na tua mão.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não. Ele não deixa o carro na minha mão. Eu vou, faço meu serviço e o carro fica na casa dele.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tu disseste que voltavas de carro para Sena Madureira.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Voltava de carro com ele, com o Deputado.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Sim, e o carro não fica contigo?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Então, tu voltas sempre para Sena Madureira com o carro?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu vou e volto com o Deputado, no carro dele. Ele me deixa em casa e vai para a casa dele, no carro dele. Ele me deixa na minha casa.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Ai, ele dirige para o motorista.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu vou dirigindo até minha casa. Da minha casa, ele leva o carro.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – É só para saber. Eu acho que tu estás desempenhando bem o papel de homem de confiança. Eu acho que está bem nítido isso.



Data: 28/05/02

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, quem está dizendo é o senhor.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – É? Não, pelo que tu estás demonstrando, eu acho interessante esse fato. Afinal, tu és amigo de todo mundo.

E o Davi, depois tu encontraste em Rio Branco, depois que ele deixou de tocar na banda da...

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Sempre eu vejo ele.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tu sempre o vês? Conheces os amigos dele e tal?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, os amigos dele eu não conheço.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Não conheces?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não. Conheço o irmão dele.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Conheces o irmão dele.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Conheço.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Falaste com o irmão dele sobre esse caso do Davi?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu converso com o irmão dele sempre. O irmão dele tem uma banda. Só isso. Não vou tocar em caso; vou tratar de negócio com ele, só isso.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tu fazes negócio com banda?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não. Meu irmão tem uma banda. Às vezes, a gente aluga o conjunto dele. Só.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – E o Davi, agora, toca na banda do irmão?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, não sei. Não sei onde é que ele está tocando.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – É, tu não sabes mais o que aconteceu.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – E aquele dia em que os amigos do Davi te viram convidando-o para dar uma volta com ele? O que foi aquilo? Foi ocasional? Não foi?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Aí, quem está falando é o senhor. Eu não sei desse dia.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Não, quem está falando é o Davi; não sou eu, não.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu não sei desse dia. Quem falou agora, para mim, foi o senhor.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tu nunca deste... Tu disseste que conheces, que volta e meia estás conversando com ele, com o irmão dele. Eu acho estranho. Tu nunca saíste ou conversaste com o Davi?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, eu não falei que saí com ele. O senhor é que está dizendo aí.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Não, eu estou perguntando: tu nunca saíste?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu respondi que não.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Que nunca saiu com ele?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tu conheces o irmão, conheces todo mundo, mas nunca deste uma volta.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Sim, conhecer alguém, eu posso conhecer. Mas para sair não, né, Doutor?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eu estou falando sair como amigo.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não saí, não. Não saí.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Isso é importante tu dizeres. Então, se, um dia, tu fosses convidá-lo para sair, isso ia chamar a atenção dos outros amigos. Não ia?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não tem nem por que eu chamá-lo para sair. Para quê?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Mas eu estou dizendo: se tu nunca saís com ele, o dia que tu fosses convidar, ia chamar a atenção dos outros amigos.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não sei, mas eu não, senhor.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Então, fica fácil ele comprovar que um dia especificamente tu o chamaste para sair, porque tu nunca saís com ele.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Quem está falando é o senhor.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - É, quem está falando sou eu mesmo. Então, os outros amigos dele marcariam isso na cabeça deles, não é? Concorda comigo?



O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Bom, quem está falando é o senhor.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Sim, estou perguntando se tu concordas; quem está falando sou eu.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Como é que eu vou concordar com uma coisa que eu não sei, desses amigos dele?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tu não conheces os amigos dele?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eu acho dois fatos interessantes.

O Deputado José Alex tem um carro Fiesta branco?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu não sei.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tu já viste isso na garagem da casa dele?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, o único carro que eu vi dele, que eu sei que ele sempre vai lá em Sena, é uma van.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Tu nunca viste, na garagem da casa dele, um carro branco pequeno?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não, não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Nunca viste?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – E já foste várias vezes lá e tudo o mais...

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não vi. Como é que eu vou saber que ele tem, que eu não sei? Nunca vi lá.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – A esposa dele tem um carro desses?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não sei também.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Também não sabe?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Conhece o motorista do Deputado?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Moisés? Conheço.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Conhece-o, sai com ele de vez em quando?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Nunca sais? Tu nunca o levaste para fazer uma coisa para o Deputado, nem ele nunca te levou para fazer uma coisa para o teu Deputado?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Quer dizer, apesar dessa relação, sai um para cada lado?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Ele faz o trabalho dele e eu faço o meu, né?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – É? Nunca teve esse tipo de relação?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Interessante.

Sr. Presidente, a testemunha veio, notadamente, pronta para dizer a versão que acredita ser a verdadeira.



Data: 28/05/02

Acho interessante, se a esposa do Deputado tem um carro branco, esse carro nunca ter estado na garagem, nas várias vezes em que ele esteve por lá. Poderia acontecer de ver mas, infelizmente, parece que não houve esse tipo de coisa e que, depois do crime, houve uma separação definitiva entre Davi e esse grupo de Sena Madureira. Isso é interessante porque, na verdade, se tocavam, se eram amigos, se eram conhecidos, deveriam saber como é que estava, o que aconteceu e tudo o mais. Nunca procuraram saber isso.

Mas se fixa uma relação muito grande, pelo que foi dito aqui, entre o marido da Prefeita e o Deputado José Alex. Isso a testemunha corrobora com todas as letras, sem problema nenhum. Mesmo que não sejam do mesmo partido, mostra que há uma convivência comum, por várias vezes, o que não quer dizer absolutamente nada. Isso pode acontecer.

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra ao Deputado Lincoln Portela.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Sr. Presidente, a testemunha é extremamente lacônica; então, serei lacônico também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – A Presidência agradece.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Sr. Domingos, o senhor tem amizade estreita com o Sr. José Aleksandro?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.



O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – O senhor falou sobre essa colônia. Eu não quero entrar muito nesse assunto do crime. Quem sabe, poderemos fazer uma avaliação futura sobre esse caso.

Eu ouvi falar muito sobre a colônia, que os três moravam em colônia. Que colônia é essa?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Bom, não sei. Moram no seringal; não sei que colônia é essa.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – É algum assentamento?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não sei também.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Quero dizer outra coisa, aproveitando a intervenção do Deputado Moroni Torgan sobre a questão do carro.

Parece que a esposa do Deputado José Aleksandro mora em Brasília; já há muito tempo, não mora no Acre. Eu penso que, pelo fato de ser motorista de um Deputado amigo, o senhor não tem que ficar sabendo das questões mais íntimas do Deputado, qual a cor do carro que a mulher dele tem ou deixou de ter.

Sobre a questão de estarem juntos, de serem amigos ou não, sou colega de trabalho do Deputado José Aleksandro, do Deputado Nonô, do Relator, Deputado Batochio, do nobre Deputado Moroni Torgan, do Deputado Waldir Pires — a quem sempre elogio pela competência —, mas nunca almocei com eles. Estou aqui há três anos e meio, mas nunca saí com vocês. Estou fazendo esse tipo de consideração porque isso é muito relativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Nobre Deputado Waldir Pires.



O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Quero fazer apenas uma pergunta, Domingos: a partir de que instante, mais ou menos, no processo, você passou a ser questionado e convidado para ir seja à delegacia, seja ao hotel, para ser ouvido?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – A partir desse ano agora, que o Dr. Silvano me chamou.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – O Dr. Silvano.

Você respondeu, creio que ao Relator, que, em determinado instante, foi por efeito do carro vermelho e, noutra vez, que ele era anterior ao atual, ou seja, o carro do Deputado José Vieira é grená ou vinho e, no passado, era o vermelho.

No período em que houve o assassinato de Luziene, esse carro vermelho, pertencente ao Deputado José Vieira, já era dirigido pelo senhor?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Sim.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – E o senhor mencionou que foi chamado porque falam nesse carro vermelho, que teria sido visto na proximidade do local onde se deu o assassinato da Luziene. Por que se fala nesse carro e se o associa ao senhor?

A partir disso, o senhor foi convidado a fazer esclarecimentos. Foi com o advogado, não deu esclarecimentos, e disse que só falava na Justiça.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu estou atrás de saber, há muito tempo, por que estão fazendo isso comigo.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Como?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu estou atrás de saber, há muito tempo, por que estão me acusando.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – E por que é?



Data: 28/05/02

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não sei; estou atrás de saber. Estou esperando a resposta da Justiça, para saber o porquê.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Sim, mas o problema é que o senhor estaria sendo chamado porque estava vinculado a um carro vermelho.

Esse carro vermelho foi objeto de alguma constatação? Observou-se um carro vermelho durante o episódio do crime?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não. É só boato, né?

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Só boato. Não consta nada no processo sobre isso.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu não sei, porque não li o processo.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Está bom.

Sr. Presidente, quero apenas fixar isto: as observações da vinculação do processo em torno desse carro vermelho.

FIM LUCI (CASAMENTO OK)

HOME SILVIA (Casamento com Luci Ok.)

Esse carro vermelho era dirigido pela testemunha. Não carro vermelho de coisa nenhuma, mas o carro vermelho do Deputado José Vieira. E em virtude disso, segundo o que ele mencionou, é por isso que ele foi convocado para dar explicações na delegacia. Na Justiça ele dará explicações, posteriormente.

O.k., Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – A Presidência mandou trazer de volta o Sr. Camurça. A Presidência vai fazer a acareação. Apenas a Presidência vai colocar as questões, como vai fazê-la. O ponto controverso, o único



Data: 28/05/02

ponto controverso é a versão do Sr. Davi, que entrou no carro branco. Nesse carro estava o Sr. Barna, e daí foram da casa dele à casa do Deputado José Aleksandro. O ponto controverso é esse. A pergunta é tão-somente essa. Se algum dos senhores quer aduzir outra pergunta, faremos agora, porque temos problemas logísticos para a testemunha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – Só um considerando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Pois não, Deputado José Aleksandro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – O considerando é que, segundo o depoimento do Sr. Davi, não é só isso. Segundo o depoimento do Sr. Davi, na conversa que ele teve no meu escritório, estava eu, o Barna, ele e mais uma outra pessoa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Mas, Deputado José Aleksandro, se...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO – É, não houve a...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não houve a ida, o resto está prejudicado. Esse é o problema. Nós vamos ficar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Deputado José Aleksandro, a questão fulcral é a seguinte...

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Não está claro que o Barna teria assistido à conversação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Claro. Mas adiante, eu estou indagando...

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Ele negou.



Data: 28/05/02

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Estou indagando de V.Exa., porque eu vou fazer a pergunta da acareação. Se alguns de V.Exas. quiser aduzir alguma coisa no ponto, a hora é esta. Peço para introduzir o Sr. Domingos.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Nós queremos o esclarecimento da verdade. Esta acareação é importante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Deputado Waldir Pires, o que nós estávamos conversando aqui é, de fato, o depoimento do Camurça. Ele disse que foi levado pelo Barna, que foi lá, e o Barna teria entrado na casa etc.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Na casa, mas sem subir.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Bom, o ponto controverso é o seguinte. Um disse que sequer foi; o outro disse que foi, subiu. Se subiu ou não subiu, o que disse que não foi, enfim, por exemplo prejudica, não é? Esse é o ponto: a questão preliminar prejudica.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES – Claro, evidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – O segurança invoca aqui os precedentes da CPI do Narcotráfico. Mas aqui o assunto é mais **light**, por hora.

Enquanto não chega o Camurça, veja bem, eu consulto os senhores o que nos nossos procedimentos posteriores... Estou informado de que, por sua própria iniciativa, o Deputado José Aleksandro trouxe as suas testemunhas de defesa para hoje. Há um problema de natureza formal, porque a Ordem do Dia para a qual eu convoquei S.Exas. e os integrantes do Conselho dizia tão-somente a oitiva das



testemunhas de acusação, e por uma razão simples, da outra feita, e acertadamente, o Sr. Relator objetou se nós invertêssemos a ordem das testemunhas. Por isso, eu não fiz a convocação. Então, eu consulto V.Exas., para mim é neutro. Veja bem, ouvimos hoje ou só ouvimos na próxima semana, porque, veja bem, para amanhã é o mesmo tipo de problema, não vai haver Ordem do Dia, e os Srs. Deputados já estão sabendo disso. É muito provável que alguns deles já tenham retornado a seus Estados de origem. Parece-me de melhor cautela ouvirmos mesmo na terça-feira. Essa é a posição da Presidência, para evitar que amanhã se argua: "Não, eu não estava presente. A Presidência, a rigor, não convocou... convocou para as três". Ia fazer para quarta-feira, mas...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Pode haver uma arguição desnecessária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Pronto. Cadê o Sr. Camurça? Veja bem, vou adiantar: a Presidência vai colocar a questão nos seguintes termos. Eu vou ler um pequeno trecho do depoimento do Davi, simplesmente porque nesse trecho do depoimento, a história é mais ou menos concatenada, ordenada e não há discrepância entre o que ele declarou hoje e o que ele declarou lá no Ministério Público do Acre. Então, bate. Não adianta, veja bem, desculpe, muitas minúcias, porque a questão fulcral é: foi, foi; não foi, não foi; aí se discute.

A Presidência dispensa o comprometimento de ambos, porque já fizeram os seus compromissos de dizer a verdade.



Davi, aqui há uma questão que nós vamos tentar esclarecer, uma questão muito simples, prática e objetiva. No seu depoimento... Em primeiro lugar, eu vou lhe fazer uma pergunta, o senhor reconhece esse senhor? Quem é?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – O Barna?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Esse é o Barna.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É o Barna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – O Barna estava dentro do carro, quando lhe pegaram na sua casa e o levaram à casa do Deputado José Aleksandro? Confirma?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Confirmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Essa mesma pessoa?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – O Marquinho dirigindo e o Barna...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Marquinho dirigindo e o Barna do lado.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Do lado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Confirma, então, obviamente, que foi da sua casa até a casa do Deputado José Aleksandro.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Esse Marquinho é Marquinho mesmo ou tem algum outro nome?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Bom, é o que eu ouvi o Barna chamando ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – De Marquinho?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Hã hã.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – O senhor ouviu o próprio Barna se dirigir a ele como Marquinho.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Sim, como Marquinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – O senhor é inimigo do Barna, tem algum problema?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, pelo contrário. Se ele negou, eu estou estranhando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Convivem?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não, não convivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Sim, mas se conhecem.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Barna, o senhor ouviu aqui o que declarou o Davi. O Davi disse que você foi lá com o motorista do carro, com esse Marquinho, apanhou-o e levou-o à casa do Deputado José Aleksandro. O senhor confirma ou reafirma o que disse, que jamais fez essa viagem?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Reafirmo o que eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – O senhor nunca fez essa viagem? Conhece algum Marquinho em questão?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Não conhece esse Marquinho, nem jamais fez essa viagem.

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – De jeito nenhum.



Data: 28/05/02

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – E confirma também que não há nenhuma animosidade, nenhuma inimizade entre você e o Davi?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) - Você tem alguma razão, algum motivo para o Davi contar essa história de que foi apanhado em casa, levado...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eu só pediria para ele falar mais perto do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Sim, só para o registro. Tem alguma razão? Você acha que o Davi criou essa história ou...

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Não sabe. A mesma pergunta eu faço a você, Davi. O Barna esqueceu, está criando uma história?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Não sei. Eu estou estranhando a atitude dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Não sabe também. Mas você mantém integralmente a sua versão, e o Barna mantém integralmente...

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Sem dúvida. Inclusive, doutor, eu tenho como provar, porque o rapaz que me chamou lá, que me chamou para o Barna, ele conhece o Barna. É o Pablo, vocalista da banda que eu toco. Ele conhece.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Pablo... Pablo. Então, para consignar, o Davi acrescenta que tem uma testemunha do processo que é o Pablo.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Vocalista da banda que você toca.

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – O Barna tem alguma coisa a declarar?

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Eu tenho como provar também que eu estava em Sena. O dia que ele está... Que dia foi esse dia?

O SR. DAVI CAMURÇA CUNHA – É o dia que eu... foi mais ou menos no dia...

O SR. DOMINGOS MARTINS DA SILVA FILHO – Então, diga o dia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Eu vou... licença, aguardem. Eu vou dizer qual é o dia.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Não sabia o dia, mas tinha como provar o dia que... (Risos.) É ótimo: “Eu não sei o dia, mas eu tenho como provar que eu estava lá”. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Deputado Moroni Torgan, V.Exa. é um homem de bom humor a toda prova, mas o assunto que tratamos é um pouquinho mais delicado.

Veja bem, o dia em questão... V.Sa., quando depôs, já disse que não estava certo, aqui no depoimento de sábado, 10 horas 30 minutos da manhã, o senhor



disse que podia ser quarta, podia ser quinta. Bom, pouco importa, mas é no dia onde você conta essa conversa e que haveria esse Pablo, que é vocalista. Esse Pablo mora onde?

O SR. DAVI CAMURÇA FILHO - Ele mora depois da minha casa. Tem como entrar em contato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Em...

O SR. DAVI CAMURÇA FILHO - Em Rio Branco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Thomaz Nonô) – Existe algum ponto mais para ser esclarecido? (*Pausa.*)

Está encerrada a acareação. Estão liberadas as testemunhas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão, antes convocando nova audiência para terça-feira vindoura para a oitiva das três testemunhas de defesa, com o que se encerrará a instrução do procedimento.

END SILVIA